ASFEB
memórias

ASFEB
Associação dos Servidores
Fiscais do Estado da Bahia
40
ANOS
1979 - 2019

Governança Gestão 2017-2019

Cleudes Cerqueira de Freitas
Diretor-Presidente

Alfredo Marcelino Pereira
Vice-Presidente

Domenico Fioravanti
Diretor Administrativo-Financeiro

Hogla de Alencar Pacheco
Diretora Jurídica e de Aposentados

Milton Luiz Chagas da Fonseca
Diretor de Esportes

Jaime Raimundo Nascimento Filho
Diretor Social, Cultural e de Turismo

Wilson Lopes da Silva
Presidente Conselho Deliberativo

Pedro César Gaspar Dórea
Vice-Presidente Conselho Deliberativo

Luiz Augusto Guimarães Carneiro
Secretário Conselho Deliberativo

Antônio Carlos Batista Neves
Conselho Deliberativo

Eraldo Bispo de Santana
Conselho Deliberativo

Geraldo Pinto de Souza Júnior
Conselho Deliberativo

Itamar Gondim Souza
Conselho Deliberativo

Jorge Moreira Peixoto
Conselho Deliberativo

Frederico Augusto Sant'Anna Rodrigues da Costa
Conselho Deliberativo

Luiz Carlos Tibúrcio Martins
Conselho Deliberativo

Niwton de Barros Macedo
Conselho Deliberativo

Rosalvo Sant'Ana Souza Filho
Ouvidoria

Manuel Perez Martinez
Presidente Conselho Fiscal

Osvaldo José Celino Ribeiro
Conselho Fiscal

Roberto Araújo Magalhães
Conselho Fiscal

São Mateus

O Império Romano utilizava como mecanismos de dominação a utilização do exército, o processo de aculturação e a imposição da tributação pesada. Em Israel, os romanos operaram com os próprios judeus que se predispunham a trabalhar para o dominador em troca de altos salários. Mateus, também chamado de Levi, era judeu e trabalhava para o Governo Romano na função de publicano, cuja atividade era cobrador de impostos.

Como coletor atuava na periferia de Cafarnaum, cobrando tributos dos comerciantes que vinham de fora através do Mar da Galileia. Em decorrência do trabalho, tinha uma boa condição financeira e consequentemente a aversão dos judeus.

Jesus atravessou o Mar da Galileia e chegou a Cafarnaum, onde realizou o milagre de cura de um paralítico. Continuou andando e encontrou Mateus sentado na coletoria, trabalhando. Jesus viu Mateus e disse-lhe: "Segue-me". Mateus imediatamente levantou, largou tudo e seguiu com Jesus, se tornando um dos doze Apóstolos de Jesus Cristo.

Após atender ao chamado de Jesus, Mateus ofereceu em sua casa um banquete para o Mestre e seus Apóstolos. Convidou seus amigos publicanos e demais pessoas para que pudessem conhecer Jesus. Os fariseus e escribas ao verem Jesus junto com Mateus e seus amigos, questionaram aos seus Apóstolos por que Jesus comia e bebia com publicanos e pecadores. Jesus ouvindo isto, respondeu: "Os são não precisam de médico, e, sim, os doentes. Ide, porém, e aprendei o que significa: Misericórdia quero, e não holocaustos; pois não vim chamar justos, mas sim, pecadores ao arrependimento" (Mateus 9:12-13).

De todos os apóstolos, Mateus foi o que mais abriu mão para seguir a Jesus: largou o seu trabalho bem remunerado, sua casa e sua família para adotar uma vida nômade, caminhando por estradas, dormindo ao relento, com momentos de dificuldades até para a obtenção de alimentos. Ele acompanhou Jesus durante os três anos de ministério até o momento da prisão. Mateus é citado novamente no Livro de Atos 1:13-14 após a ressurreição e aparição de Jesus, quando os Apóstolos, juntamente com as mulheres (entre estas Maria, mãe de Jesus) e os irmãos de Jesus, se reuniram em oração para perseverar na fé.

Há autores que entendem que o Evangelho de Mateus foi o primeiro a ser escrito, mas a maioria é no sentido de que foi escrito por volta dos anos 60-70 d.c, tendo como base o Evangelho de Marcos, que usualmente é visto como o primeiro Evangelho a ser escrito.

Segundo alguns estudiosos, Mateus escreveu seu Evangelho na Síria, como judeu típico utilizando um grego correto, palavras menos formais, evitando o uso de hebraísmos internacionais. O Evangelho de Mateus foi escrito para os próprios judeus cristãos, que tinham acabado de romper com o judaísmo.

Após o chamado para ser Apóstolo, não se sabe mais sobre Mateus. A tradição diz que, após a Ressurreição de Cristo, ele pregou por 12 anos na Palestina. É a tradição que também informa que Mateus foi martirizado, tendo sido apedrejado, queimado e decapitado na Etiópia. Depois suas relíquias foram levadas para Paestum, no Golfo de Salerno, e no século X para a cidade de Salermo, na Itália, onde se encontra até hoje. A Igreja Católica celebra o dia 21 de setembro como sendo o Dia de São Mateus, considerado padroeiro dos Cobradores de tributo, cujo símbolo como Evangelista é um anjo.

O rio do Esquecimento

A primeira vez que fui à Galicia, meus amigos me levaram ao rio do Esquecimento. Meus amigos me disseram que os legionários romanos, nos antigos tempos imperiais, tinham querido invadir aquelas terras, mas dali não haviam passado: paralisados de pânico, tinham parado nas margens daquele rio. E não o haviam atravessado nunca, porque quem cruza o rio do Esquecimento chega à outra margem sem saber quem é ou de onde vem.

Eduardo Galeano. Livro dos Abraços, junho de 1991.

*

Que as memórias dessa Associacão perpetuem pela eternidade

Ficha Técnica

Apuração, pesquisa e levantamento de acervo:
Aluvaiá Projetos Criativos
(Brenda Gomes dos Santos - Saulo Pico Tironi Silva - Tiago Henrique Lara Zanette)
Colaboração: Hugo Gabriel Silva de Oliveira

Coordenação de Arte:
Aluvaiá Projetos Criativos

Revisão Ortográfica:
Geisa de Souza Rocha

Projeto Editorial:
Aluvaiá Projetos Criativos

Conselho Editorial:
Diretoria Executiva e setor de Comunicação da Asfeb

Editor Chefe:
Tiago Henrique Lara Zanette

Realização:
Associação dos Servidores Fiscais do Estado da Bahia

Número ISBN: 978-65-81373-00-9

Linha Histórica

História dos Tributos

1979

Fundação da AAFEB
Utilidade Pública Estadual

1988

Representatividade nos movimentos da classe. Aquisição da Sede Social no Jardim das Margaridas

1993

Asfeb Saúde
Criação do Plano de Saúde de auto-gestão

1994/
1996

Interiorização das unidades do Clube Social

1998

Aquisição da Sede própria

2009

30 anos Asfeb

2013

Clínica Asfeb Saúde

2015/
2017

Inovação e Premiações

2019

40 anos Asfeb

Sumário

14
Os primórdios da tributação no Brasil

28
1979 Passos Democráticos para o nascimento da ASFEB

38
1988 Os novos rumos da ASFEB

58
Contemporaneidade

76
1993 Nascimento do ASFEB Saúde – Celebração 25 ANOS

100
Eventos e Colaboradores

104
Agradecimentos

105
Referências Bibliográficas

MEMÓRIA E TRAJETÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES FISCAIS DO ESTADO DA BAHIA

2019

É o marco histórico de celebração dos quarenta anos de existência de um sonho coletivo que se fortaleceu ao longo do tempo e ganha vida através dessas linhas.

Registrar os fatos, evidenciar a história da Associação dos Servidores Fiscais da Bahia- ASFEB é rememorar o trabalho de um grupo de abnegados que tornou realidade a criação dessa entidade. É um dever de seus integrantes mantê-la viva para fortalecer os processos, preservar o patrimônio e dar continuidade ao projeto vitorioso iniciado nos anos de 1979, tudo para garantir representatividade, lazer e oferecer um serviço de assistência à saúde para o seguimento do grupo fisco do Estado da Bahia e seus familiares.

A ideia da criação de uma entidade para ser porta voz dos interesses desse grupo profissional se aflorava na repartição, todavia, foi durante o encontro comemorativo de um ano de nomeação dos 120 primeiros auditores que o processo se fortaleceu, em seguida foi constituída uma comissão que ao final criou a entidade denominada na época ***"Associação dos Auditores Fiscais da Bahia - AAFEB",*** figurando como primeiro Presidente, o Auditor Fiscal Luiz Carlos Tibúrcio Martins.

Formalizada a entidade o grupo convocou a primeira reunião, realizada no Centro Administrativo da Bahia- CAB, em forma de assembleia, com ATA de fundação datada em 19 de novembro de 1979.

O processo retratado permite ao leitor conhecer um conjunto de passos relevantes e fases importantes da trajetória da Associação que no tempo presente refletem o histórico de luta e união para manter a continuidade da entidade.

Os primórdios da tributação no Brasil

Nunca é demais traçar uma trajetória para conhecer um pouco do processo fiscal no Brasil. Inicialmente torna-se necessário fazer uma leitura evolutiva da ação compulsória de cobrança dos tributos, instituída no país nos diferentes períodos a partir da era colonial até os tempos modernos da republica nacional, visando uma aproximação do contexto político e social em que essas medidas estavam inseridas.

Compreender as nuances do sistema de políticas tributárias adotadas pelo país no seu curso histórico é uma humilde intenção que se coloca numa espécie de primórdios de processo de modernização da fazenda pública no país. A intenção é de constituir um ambiente de reflexão do leitor, ajudando a entender o contexto político e social em que as regras eram instituídas e suas repercussões para a população.

Viver em uma sociedade complexa e organizada exige esforços dos diferentes setores envolvidos. Ao longo da história da humanidade, diversas modalidades de sistemas tributários foram criadas, tornando-se peça fundamental para a sobrevivência e reprodução da sociedade. A primeira presença registrada da cobrança de tributos na antiguidade data de 2.350 A.C. na cidade-estado de Lagash, localizada na antiga Suméria – atual região do Iraque – entre os rios Tigre e Eufrates.

No mundo antigo, além da Grécia que estabeleceu no século VII A. C. o modelo do tributo administrado pelo Estado como hoje ainda se perpetua. O Império Romano teve grande destaque por introduzir um sistema complexo sobre os critérios de tributação ao ser aplicado, devido à expansão do seu território.

O próprio termo ***tributum*** *vem do latim e significa dar, conceder, presentear. Fisco também é uma palavra do léxico romano, vem do* ***fiscus*** *que era o cesto de junco ou de vime no qual o coletor de impostos romanos usava para colocar o dinheiro público que recolhia.*

No Império Romano havia o **"Portorium"** que era a cobrança de imposto pela importação de mercadorias e o **"Macelum"** que era a cobrança pelo consumo geral de qualquer bem. Portanto, a prática de arrecadação de impostos perpassa a linha da história, existindo de maneiras diferentes no tempo.

No contexto brasileiro a cobrança de tributos remonta a época da colonização do país pelo Reino de Portugal. Logo no início da empreitada colonial, no ano de 1500, a exploração da madeira Pau-brasil era a principal atividade comercial. A venda da madeira era exclusividade da Fazenda Real e a cobrança do Quinto correspondia à quinta parte do total das vendas efetuadas. Mas nesse momento ainda era um sistema de cobrança desorganizado e propenso a fraudes devido à falta de controle.

O processo evolui com o advento da produção do açúcar e doação das áreas territoriais das Capitanias Hereditárias. Este sistema de organização exigiu o surgimento de novos arranjos para administração colonial, que passa a cobrar impostos diretos e indiretos, então recolhidos pela coroa portuguesa no intuito de manter funcionários necessários a uma administração pública e construção das primeiras cidades.

Juntamente com a instalação do Primeiro Governo Geral de Thomé de Souza em 1549, instituiu-se o cargo de Provedor-Mor da Fazenda Real em terras brasileiras, que foi destinado a Antônio Cardoso de Barros. A ele cabia fiscalizar e arrecadar tributos, fiscalizar a produção de açúcar nos engenhos, recolher tributos ao Tesouro da Coroa e também construir uma alfândega. Para realizar esse trabalho tinha funcionários subordinados como: Provedores-Parciais, feitores, almoxarifes e escrivães. É importante lembrar que a Igreja Católica tinha grande poder nesse período e para se sustentar também cobrava impostos, o mais conhecido era o dízimo eclesiástico, necessário para manter o corpo de funcionários das paróquias.

Depois de um período conflituoso e perda de territórios para a Holanda, Portugal consegue fazer a retomada da soberania no Brasil e vislumbrar o país como grande propulsor da sua economia. Esse período de final do século XVII coincide com o declínio do mercado açucareiro e as atenções são direcionadas a exploração de minerais. O tributo cobrado sobre a

Arrecadação de impostos, século XVIII, J.B. Debret

produção mineradora foi o Quinto onde todo ouro deveria ir para fundição e receber o selo real para circulação legal no mercado. Tinha, ainda, o Regimento das Minas, onde ficou estabelecido que coubesse ao Erário Real 20% da quantidade de ouro arrecadado.

Essa foi à base econômica de Portugal durante meio século, fato que passou a ser objeto de contestação dos colonos pelas flutuações de acordo com a quantidade produzida onerando o produtor local. Já no ano de 1750 surgem os primeiros sinais de decadência do setor, e junto a isso sem uma nova ofensiva na cobrança de impostos e tributos. O marquês de Pombal, responsável por administrar a máquina publica portuguesa, intensificou os mecanismos de opressão fiscal sobre o Brasil. A Derrama, cobrança periódica de impostos atrasados é sintomática desse tempo de acirramento do fisco português.

Houve ainda um episódio curioso que foi em 1755 quando um terremoto destruiu o centro da cidade de Lisboa, os brasileiros tiveram que pagar tributos para reconstrucão da cidade. O imposto era chamado de Subsidio Literário.

A Inconfidência Mineira (1789) foi a expressão da insatisfação da população com a cobrança de impostos do período.

A chegada da Família Real no início do século XIX foi fundamental para a intensificação da cobrança de tributos, pois era necessário sustentar toda a corte que a acompanhava. Dom João criou o Erário Régio, através do Alvará de 28 de junho de 1808 e o Conselho da Fazenda na tentativa de centralizar todos os negócios da administração. A mudança mais significativa foi à abertura dos portos e a cobrança no valor de 24% de direitos alfandegários de toda mercadoria importada.

Após a Proclamação da Independência do Brasil surge a primeira Constituição com um espaço dedicado à Fazenda Nacional atribuindo responsabilidade ao Tesouro Nacional sobre as receitas e despesas do país. ***No Governo Regente (1831 – 1840) existiu uma tentativa de sistematizar os impostos, ocorrendo uma distinção entre impostos do Governo Central, Provinciais e Municipais e a Criação do Tribunal do Tesouro. Nesse órgão havia quatro tipos de profissionais fiscais: Ministro da Fazenda, Inspetor Geral, Contador Geral e Procurador Fiscal. Começavam a tomar forma no país, as atribuições e os encargos dos profissionais do fisco.***

Percebe-se a partir de então que há uma preocupação do governo em instituir um processo de estrutura organizacional que se dedique em trabalhar no setor de controle da tributação, arrecadação e acompanhamento das despesas. Com o advento desse novo modelo institucional, no ano de 1836 foi decretada a primeira lei orçamentária do Estado da Bahia, que gerou em 1839 a criação da Tesouraria Provincial, passo importante para maior autonomia da Província.

Tendo a economia do café como a principal base econômica de exportação, as tarifas alfandegárias tiveram grande importância, principalmente com a Tarifa Alves Branco em 1844 que ampliou as alíquotas dos produtos importados.

Com a abolição da escravização, adoção do trabalho assalariado e a República nascente, a economia nacional passa se dinamizar e concentrar investimentos em outros setores da sociedade como indústria e região portuária, levando a novos interesses sociais e políticos. Modernização das cidades, processos imigratórios, tudo isso vai modificando as estruturas da sociedade brasileira. Com a mudança nas atividades econômicas, o sistema tributário também se modifica para acompanhar as transformações do mercado.

Salvador/Bahia, 1839, Augustus Earle

A partir da Constituição de 1891, o Federalismo passa a ser o modelo oficial de organização política do Brasil, sendo cada Estado responsável por uma política de tributação diferenciada de acordo com a realidade local. O modelo de implantação do Federalismo Brasileiro obrigou às unidades federativas a estabelecer o seu próprio sistema de gestão e de organização tributária, a qual definiu como principais fontes de Receita da União os impostos sobre importações, imposto de selo e imposto sobre consumo. O imposto sobre consumo foi o início do processo de modernização do sistema, hoje é chamado de Imposto sobre Produto Industrializado (IPI).

Nessa mesma Constituição foram lançadas as bases para a criação posterior do Imposto de Renda. No novo texto havia uma previsão da união em celebrar um termo de delegação de poderes, transferindo para os Estados a obrigação de efetuar a cobrança de impostos sobre a exportação de mercadorias de sua própria produção, com isso a Bahia acabou sendo prejudicada, haja vista, que sua produção no período não era significativa em termos de exportação.

No Governo de Rodrigues Lima (1892 – 1896) o Estado da Bahia passa por uma reformulação na administração, com a implementação da Secretaria do Tesouro e da Fazenda. A Secretaria por sua vez trabalhava com duas diretorias diferentes, em locais separados: A Diretoria de Tesouro e Contabilidade e a Diretoria de Renda.

No governo seguinte de Luis Viana (1896 – 1900), houve a preocupação de maximizar o recebimento dos tributos no interior do Estado. Para viabilizar o trabalho dos Prepostos do Estado nas diversas cidades, criou-se 144 recebedorias fiscais que seriam responsáveis por recolher o máximo de tributos possíveis que pertenciam ao Governo do Estado. Com isso surge também a demanda por profissionais capacitados para trabalhar no setor. A Secretaria da Fazenda ganha forma com intuito de controlar o mercado interno, como também as exportações agrícolas.

Não obstante os esforços feitos para melhorar a situação financeira do Estado da Bahia, pouca coisa mudava. A política oligárquica ainda era muito presente e a indicação de aliados políticos aos cargos era prática frequente, fazendo desse um meio para perseguir adversários políticos com a cobrança de impostos e aumento da fiscalização nas áreas de interesse dos mesmos, além disso, resultou numa menor arrecadação por conta das fraudes entre aliados políticos.

Do ano 1905 ao ano 1916 a Secretaria da Fazenda e Tesouro passa por uma inoperância administrativa voltando às atividades com a promulgação das Leis nº 1129 e nº 1151 de 1916 que reincorporou a Secretaria na burocracia estatal em 1916. Na década de 1930 a receita do Estado da Bahia tem um declínio visto à crise econômica e a instabilidade política que se instalou no país.

A queda nas exportações e importações e o convívio descontrolado da inflação no período fizeram com que o Estado suspendesse o pagamento da dívida pública externa e também dos funcionários públicos, devido ao balanço negativo das contas do Estado.

A Carta Constitucional de 1934 promove em seu texto uma reformulação no modelo tributário brasileiro introduzindo uma maior participação dos municípios e dos Estados nas funções de fiscalização e tributantes através das ações vinculantes de passarem a cobrar o imposto de vendas e consignações. Todavia, os efeitos desse processo de descentralização para os entes estaduais e municipais foram exíguos, devido à entrada em vigor no ano de 1936, de uma nova legislação tributária no país, a qual atribuía maior poder de centralização de arrecadação de impostos para a União, sendo que o poder fiscalizador era mais abrangente e presumia a concentração de controle da Receita.

Registros históricos apontam o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), órgão já extinto, como ***precursor dos processos seletivos para preenchimento de cargos públicos no país.***

Realizado no segundo semestre de 1937 e válido para todo o território nacional, o concurso teria atraído 5 mil candidatos para disputar os cargos de auxiliar administrativo, fiscalização, contabilidade e secretaria, relata o cientista político Gilberto Hochman, no artigo acadêmico "Aprendizado e difusão na constituição de políticas: a Previdência Social e seus técnicos".

Em outra obra, a tese "De inapiários a cardeais da Previdência Social: a lógica da ação de uma elite burocrática", o pesquisador explica que, pela dimensão do IAPI (órgão atenderia aproximadamente 1 milhão de associados), havia o entendimento de que o seu quadro de funcionários deveria ser constituído a partir de critérios técnicos, a fim de garantir a eficiência dos serviços prestados. Daí a opção pela realização do concurso. Naquele período, predominava no recrutamento de servidores para empregos públicos a indicação de lideranças políticas, característica herdada do período imperial. Segundo Hochman, certamente o IAPI serviu como referência para a implantação do concurso público em outras esferas do governo.

Sobretudo a partir de 1938, com o início das atividades do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), órgão de planejamento, execução e consulta na área de gestão de recursos humanos, passam a ser instituídas bases de um serviço público profissional, que culminam, gradualmente, na consolidação de um sistema de contratações meritocrático, privilegiando o talento e as virtudes dos candidatos.

Embora diretrizes para ingresso às carreiras estatais (especialmente do setor jurídico) comecem a aparecer nas constituições brasileiras desde 1934, foi apenas na Carta de 1967, durante o Regime Militar, que se regulamentou, de forma taxativa, de que a nomeação para todos os cargos públicos dependeria da aprovação prévia em concurso público de provas e/ou títulos – com exceção aos postos em comissão, de livre nomeação e exoneração.

A experiência inaugurada pelo IAPI há quase um século tem reflexos diretos nos dias atuais: (anualmente, milhares de seleções são promovidas nos planos federal, estadual e municipal).

Superado o Estado Novo houve a elaboracão da Constituicão de 1946, nela Estados e Municipios readquirem maior autonomia na cobranca de impostos. É nesse momento do pais que se estabelece que os Estados devam se responsabilizar por gastos sociais como educacão e assistência social, tornando a arrecadacão de imposto fator crucial para a justica social e bem estar da sociedade.

Com essa reforma o Estado da Bahia sofre grande perda em sua maior fonte de arrecadação da época que era o imposto incidente sobre a exportação, tendo em vista, que o governo criou os órgãos do Instituto do Fumo e o Instituto da Pecuária, os quais passaram a recolher os impostos relacionados à venda do fumo, do couro e da pele respectivamente. Na década seguinte quando a economia baiana voltou a crescer o imposto sobre venda e consignações passou a ser o mais importante, sendo responsável por mais de 40% da arrecadação do Estado.

Por volta de 1950 a exportação do cacau era responsável por grande parte da renda do Estado da Bahia, mas uma seca assola a região produtora levando a diminuição drástica na receita do Estado, causando êxodo rural e consequentemente afetando os serviços sociais prestados pela unidade federativa a sua população.

Para frear essa crise, o secretário da Fazenda, Rômulo Almeida firmou uma parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA) no sentido de reformulação e atualização do sistema tributário. Simplificando o sistema de cobranças, ele conseguiu dar um maior peso ao imposto sobre venda e consignação aumentando a Receita do Estado sem depender das exportações para equilibrar as contas públicas.

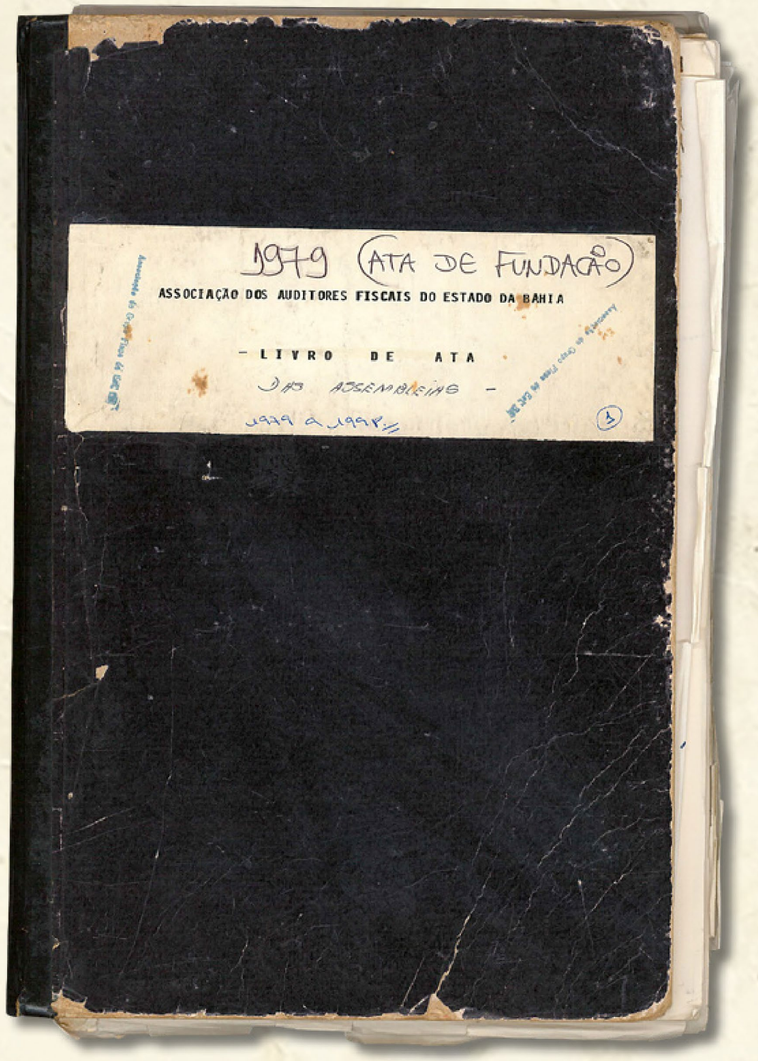
Todos esses arranjos políticos foram dando forma à política fiscal, no entanto, o sistema tributário utilizado ainda padecia de velhos costumes herdados da época colonial, mostrando falhas e incompatibilidades com as novas demandas que apareciam como desafio à administração pública. Os anos de 1960 foram de grandes convulsões sociais e instabilidades econômicas e políticas, não só no contexto brasileiro, mas em todo o mundo. No ano de 1964 é instaurado através de um Golpe de Estado um Governo Militar no Brasil.

Nesse mesmo ano teve início a construção do Centro Industrial de Aratu, região metropolitana de Salvador. Através dele a Bahia finalmente entrava de vez na era de industrialização, acessando o mercando mundial. O que poderia representar um ganho imenso em termos de arrecadação para o Estado da Bahia foi travado pela reforma tributária de 1965, que voltou a canalizar recursos que seriam do Estado para fortalecer a União. Durante a tramitação dessa reforma, aconteceu a 3ª Conferencia de Governadores e o Encontro de Secretários da Fazenda do Norte e Nordeste, onde foi demonstrada preocupação em perder os direitos sobre os impostos de exportação, muito significativos para os Estados.

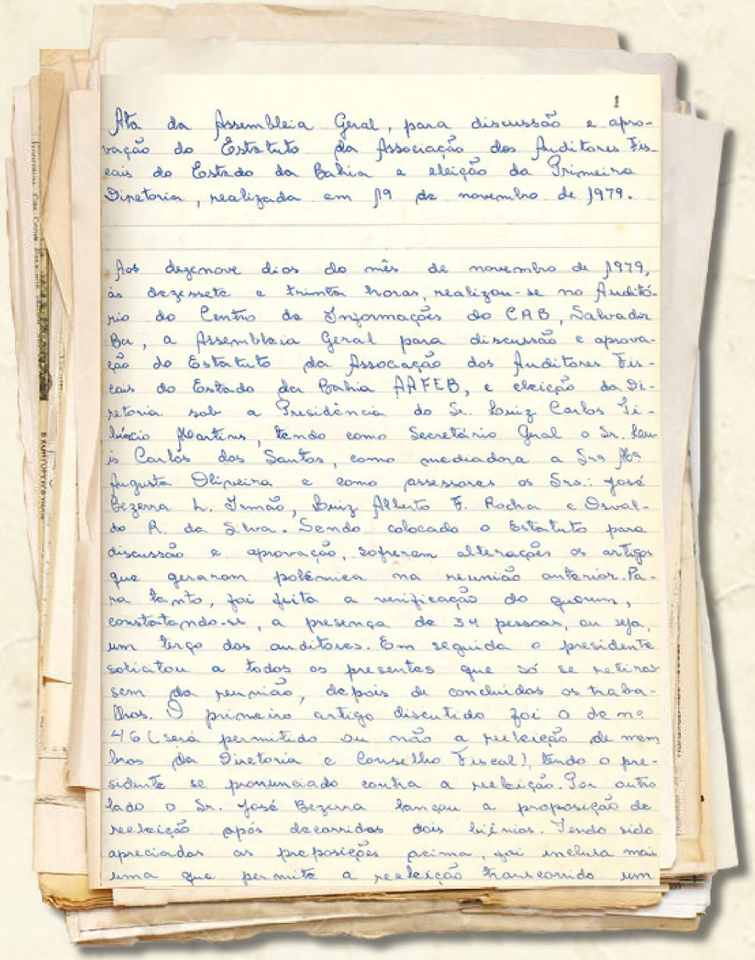
Mas, por meio da Emenda Constitucional nº I8 de 1965, foram alterados o nome e competência fiscal de alguns impostos e estabeleceu-se um sistema tributário nacional, onde a força política da União prevaleceu à custa da redução das receitas dos demais entes federativos, que deveriam seguir normas e regras estabelecidas de acordo com as novas distribuições das receitas tributárias. Ficou acordado que a partir de janeiro de 1966, a cobrança do imposto de exportação ficaria realmente a cargo da União. Com a intenção de superar esse entrave, o Governo do Estado iniciou um processo de reformulação do setor fazendário, expandindo o alcance da fiscalização e com isso reduzindo as sonegações fiscais praticadas tradicionalmente nos locais mais distantes do centro de poder.

Essa medida se mostrou efetiva no ano seguinte, com o aumento de mais de 50% na receita estadual. O aquecimento na economia e a melhoria no serviço fiscal fizeram com que em 1969 a Secretaria da Fazenda voltasse a ser centralizada num edifício único, unindo ainda mais os laços dos trabalhadores fiscais.

A década de 1970 traz horizontes que se mostram mais promissores, movimentos populares já se alinhavam em torno de uma reorganização da sociedade, apesar da repressão continuar ativa. Os movimentos sindicalistas passam a ter maior intensidade se expande a capacidade de mobilização e adesão entre os trabalhadores no ABC Paulista, esses indicadores passam a ser objeto de atenção do governo militar que já não gozava de prestígio junto à população. É nessa conjuntura que no ano de 1979 surge a Associação dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia (AAFEB), para servir como ente representativo da categoria em defesa de melhorias para os trabalhadores do grupo de fiscalização do Estado.



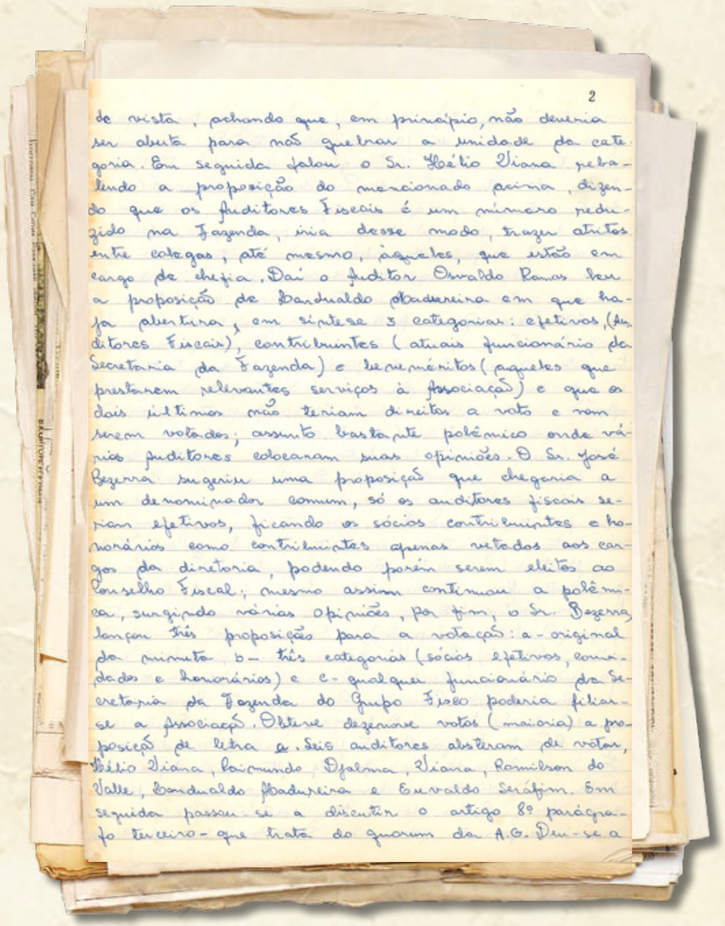
A nomeação foi sendo efetuada durante dois anos devido aos fortuitos do concurso público de 1978, mas seguem os 120 primeiros nomeados que estiveram mais ativos na fundação da Associação dos Servidores Fiscais do Estado da Bahia.



Ata da Assembleia Geral, para discussão e aprovação do Estatuto da Associação dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia e eleição da Primeira Diretoria, realizada em 19 de novembro de 1979.

Aos dezenove dias do mês de novembro de 1979, às dezesseis e trinta horas, realizou-se no Auditório do Centro de Informações do CAB, Salvador Ba, a Assembleia Geral para discussão e aprovação do Estatuto da Associação dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia AAFEB, e eleição da Diretoria sob a Presidência do Sr. Luiz Carlos Libânio Martins, tendo como Secretário Geral o Sr. Luis Carlos dos Santos, como mediadora a Srª Augusta Oliveira e como assessores os Srs: José Bezerra L. Irmão, Luiz Alberto F. Rocha e Orvaldo A. da Silva. Sendo colocado o Estatuto para discussão e aprovação, sofreram alterações os artigos que geraram polêmica na reunião anterior. Para tanto, foi feita a verificação do quorum, constatando-se, a presença de 34 pessoas, ou seja, um terço dos auditores. Em seguida o presidente solicitou a todos os presentes que só se retirar sem da permissão, depois de concluídos os trabalhos. O primeiro artigo discutido foi o de nº 46 (será permitido ou não a reeleição de membros da Diretoria e Conselho Fiscal), tendo o presidente se pronunciado contra a reeleição. Por outro lado o Sr. José Bezerra lançou a proposição de reeleição após decorridos dois biênios. Tendo sido apreciadas as proposições acima, vai inclusa mais uma que permite a reeleição transcorrido um

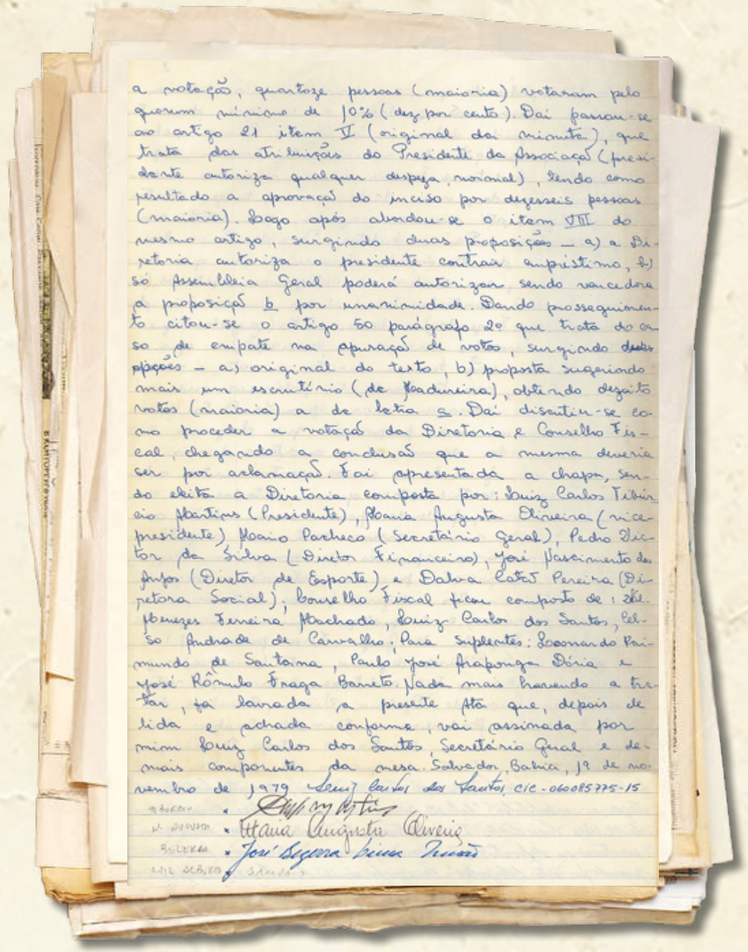
José Amândio Barbosa, Maria Amélia Magalhães de Almeida, Graciliano Moraes Barreto Netto, José Carlos Ferreira da Silva, Geraldo Dias de Brito, Nilo Crusoé Filho, Luiz Alberto de Souza, Antônio Welton de Almeida Santos (In memorian), Orlando Ferreira Lima, Djalma Moura de Souza, José Bezerra Lima Irmão, Antonio Ramos Rocha, José Zelio Passos Costa, Deusdet Alvez Portugal, Wilson Castro de Matos, Aloisio Alvez dos Santos, Maria Augusta Oliveira (In memoriam), Regina Helena de Mendonça Andrade, Landualdo Madureira Rodrigues, Leonardo Raimundo de Santana, Juracy Guedes, Paulo José Araponga Doria, Ivan Nascimento Vieira, Eliomar Nunes de Jesus, Edmar Mendes da Silva, Alfredo Marcelino Pereira, Durval Amaral de Carvalho, Amauri Cardoso, Jair Ribeiro, José Ferreira Vieira, Fernando da Silva Santana, Edmundo Lopes de Sampaio Cerqueira (In memorian), Sergio Coelho de Araujo, José Dionisio Nobrega, Raymundo Djalma Vianna de Souza (In memorian), Roosevelt de Araujo Reis (In memorian),



2

de vista, achando que, em princípio, não deveria ser aberta para não quebrar a unidade da categoria. Em seguida falou o Sr. Hélio Viana rebatendo a proposição do mencionado acima, dizendo que os auditores Fiscais é um número reduzido na Fazenda, iria desse modo, trazer atritos entre colegas, até mesmo, àqueles, que estão em cargo de chefia. Daí o Auditor Osvaldo Ramos leu a proposição de Bandualdo Medeiros em que havia abertura, em síntese 3 categorias: efetivos (Auditores Fiscais), contribuintes (atuais funcionários da Secretaria da Fazenda) e beneméritos (aqueles que prestarem relevantes serviços à Associação) e que os dois últimos não teriam direito a voto e nem seriam votados; assunto bastante polêmico onde vários auditores colocaram suas opiniões. O Sr. José Bezerra sugeriu uma proposição que chegaria a um denominador comum, só os auditores fiscais seriam efetivos, ficando os sócios contribuintes e honorários como contribuintes apenas votados aos cargos da diretoria, podendo porém serem eleitos ao Conselho Fiscal; mesmo assim continuou a polêmica, surgindo várias opiniões, por fim, o Sr. Bezerra lançou três proposições para a votação: a - original da minuta b - três categorias (sócios efetivos, remidos e honorários) e c - qualquer funcionário da Secretaria da Fazenda do Grupo Fisco poderia filiar-se a Associação. Obteve dezenove votos (maioria) a proposição de letra a. Seis auditores abstiveram de votar, Hélio Viana, Raimundo Djalma, Viana, Romilson do Valle, Bandualdo Medeiros e Osvaldo Serafim. Em seguida passou-se a discutir o artigo 8º parágrafo terceiro - que trata do quorum da A.G. Deu-se a

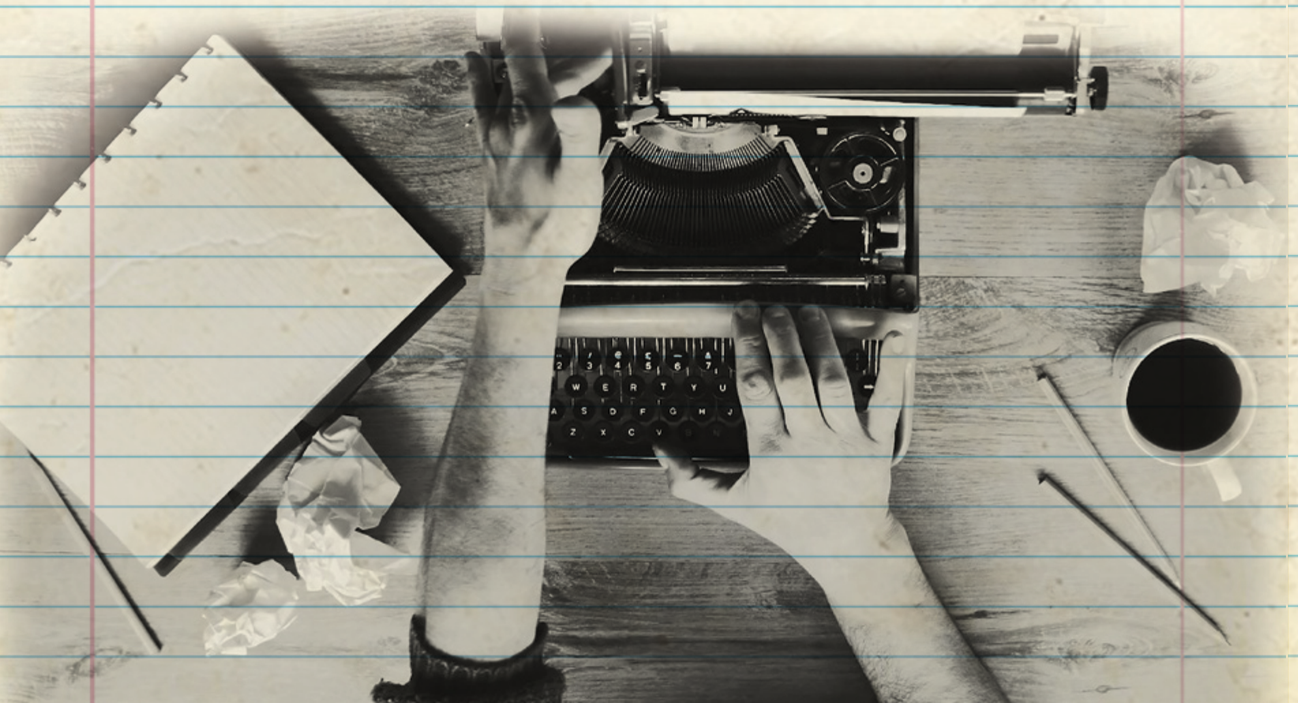
José Guilherme Coelho Brandão Correa, Emanuel Lima Lessa, José Cardoso Trindade, Edna Amália Pereira, Benito da Gama Santos, Archimedes Veloso Leal, Luiz Carlos dos Santos, Antonio Helder Lago Bonfim, Luiz Henrique da Silva Teixeira, Arquinito Pinheiro Souza, Antonio Aguiar de Araújo, Heliana Guimarães Diniz, Cleide Maria Gadelha de Souza, Maria Cirene Araújo Quieroz, Raimundo Correa dos Santos (In memorian), Edgar Ferreira Pessoa Pereira, Ivone de Oliveira Martins, Gilberto Soares dos Santos, Telma Silva Dantas, Denise Pereira Ribeiro, Pedro Victor da Silva, Emanuel Roriz Silva, Ligia Maria de Souza Matutino, Romilson Brandão do Vale, Luíz Carlos Tibúrcio Martins, José Nascimento dos Anjos, Celso Andrade de Carvalho, José Rômulo Fraga Barreto, Lícia Maria de Souza Matutino, Vera Maria Pires da Purificação, José Carlos Garcia Landeiro, Carlos Fábio Cabral Ferreira, Geraldo Brito Nunes, Argemiro Nunes Barbosa, Aloísio Sandes Santana, Marlene Barbara Mota de Sena, Jorge Claudemiro da Silva, Maria Inez Bezerra Aguiar, Paulo Dantas da Costa, Eurivaldo Raimundo Ribeiro dos Santos, Luiz Otávio Lopes,



a votação, quatorze pessoas (maioria) votaram pelo quorum mínimo de 10% (dez por cento). Daí passou-se ao artigo 21 item II (original da minuta), que trata das atribuições do Presidente da Associação (presidente autoriza qualquer despesa, normal), tendo como resultado a aprovação do mesmo por dezesseis pessoas (maioria). Logo após abordou-se o item VIII do mesmo artigo, surgindo duas proposições - a) a Diretoria autoriza o presidente contrair empréstimo, b) só Assembléia Geral poderá autorizar sendo vencedora a proposição b por unanimidade. Dando prosseguimento citou-se o artigo 50 parágrafo 2º que trata do caso de empate na apuração de votos, surgindo duas opções - a) original do texto, b) proposta sugerindo mais um escrutínio (de Medeiros), obtendo dezoito votos (maioria) a de letra b. Daí discutiu-se como proceder a votação da Diretoria e Conselho Fiscal, chegando a conclusão que a mesma deveria ser por aclamação. Daí apresentada a chapa, sendo eleita a Diretoria composta por: Luiz Carlos Tibúrcio Martins (Presidente), Maria Augusta Oliveira (vice-presidente) Mario Pacheco (Secretário Geral), Pedro Victor da Silva (Diretor Financeiro), Jair Nascimento dos Anjos (Diretor de Esporte) e Dalva Catão Pereira (Diretora Social); Conselho Fiscal ficou composto de: Edgar Ferreira Machado, Luiz Carlos dos Santos, Celso Andrade de Carvalho; para suplentes: Leonardo Raimundo de Santana, Paulo Jair Nogueira Dias e José Rômulo Fraga Barreto. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada por mim Luiz Carlos dos Santos, Secretário Geral e demais componentes da mesa. Salvador, Bahia, 1º de novembro de 1979. Luiz Carlos dos Santos. CIC - 060857775-15

Laira Azevedo Santan Leal, Hélio Ramos Moreira, Antonio Araújo Aguiar, Renato Roberto da Silva, José Augusto Cerqueira Lima Ribeiro, Mario Bastos Santos, Venâncio João de Oliveira, Vanilda Souza Lopes, José Tabira de Argolo Santos, Jose Antonio Miranda, Floriano Melhor Primeiro, Clarice Anízia Maximo Moreira, Luiz Alberto Sampaio Rocha (In memorian), Maria do Socorro Fonseca de Aguiar, Nélio Manoel dos Santos, Dalva Catão Pereira (In memorian), Iara Costa Santos, Maria Auxiliadora Nascimento, Hamilton Nery de Mesquita, Mário Lima Cordeiro, Manoel Carmo Filho, Osvaldo Ramos da Silva, José do Carmo das Mercês Marques, José David Alcântara Cruz, José Carlos Bacelar, Eduardo Ferreira Porto, Izabel Maruqes da Silva, João Ribeiro Filho, Juscelino Andrade Amaral, Maria de Fatima Oliveira Carreira, Rozendo Ferreira Neto, José Bispo dos Santos, Evandro Borba, João de Azeredo Coutinho Neto, Hamiltom Moreira Rocha, Antonio Vieira Dybai, José Erivaldo de Almeida, Jasson Guia de Brito Filho, Maria de Lourdes dos Santos Costa, José Antonio da Silva, Valdemir Nogueira de Oliveira, José de Castro Dias, Geraldo Melo Soares.

1979
PASSOS DEMOCRÁTICOS PARA O NASCIMENTO DA ASFEB



Buscar nas entrelinhas o começo de tudo se torna difícil, pois a história só pode ser rememorada a partir de fragmentos do que foi no passado. Porém, esses fragmentos identificam uma linearidade nos fatos que compõe a essência do nascimento e explicam o presente.

Através da mobilização em torno de mudanças no sistema existente, a nação conseguiu com que os representantes no Congresso Nacional elaborassem uma nova Constituição Federal. O Brasil experimentou uma fase de abertura política e de restauração do ambiente democrático no final da década de 70. Em 1977 o governo brasileiro passa a exigir em todas as suas esferas a profissionalização do servidor público, por sistema de escolha em concurso aberto para todos os cargos de carreira do Estado.

O Estado da Bahia foi um dos pioneiros no país a se mobilizar nesse sentido, fazendo uma ampla reforma na Secretaria da Fazenda, com a finalidade de modernizar a máquina fiscalizadora. Essa visão futurista e tecnicista ocorreu na gestão do governo Doutor Roberto Figueira Santos, que abriu concurso público nos anos de 1977 e 1978 para diversos cargos de carreira na Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

Nesse período alguns cargos na área de tributos foram efetivados e a partir do ano de 1976 as nomenclaturas, apesar de diversas se alinham e o concurso realizado no início do ano de 1978 foi específico para portadores de Nível Superior, na carreira de Auditor Fiscal do Estado da Bahia.

Chaveiro de comemoração do primeiro encontro dos auditores fiscais da Secretaria da Fazenda da Bahia.

A nomeação e posse dos concursados ocorreram no segundo semestre do mesmo ano de 1978. A representatividade da categoria começa a ganhar visibilidade e os concursos públicos passaram a ocorrer nas várias esferas dos setores governamentais.

O grupo buscava uma solidez e equivalência ao seu projeto de trabalho e qualidade de vida, por sua vez, a nomeação de cargos por indicação dá lugar aos concursos de provas e títulos, com exigência de formação superior em graduações específicas, assim, foi o grupo inicial do cargo de Auditor Fiscal. Os egressos desse concurso perceberam a necessidade de existir um canal de comunicação entre os Auditores Fiscais, a Secretaria da Fazenda e o Governo do Estado.

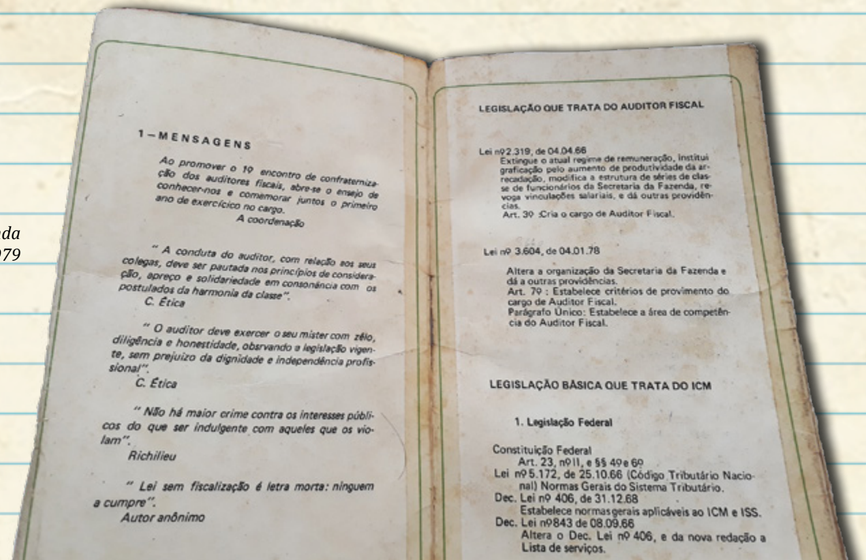
Depois de realizar sucessivos encontros e reuniões em espaços diversos como; (Restaurantes, Instalações do prédio da SEFAZ no CAB e Apartamentos de colegas), se consolidou a ideia de configuração da entidade que contava com a figura do Auditor Fiscal Luiz Carlos Tibúrcio Martins como um dos principais personagens à frente dessa história.

Jantar já é tradição dos auditores

Auditores da SF realizam jantar

Os auditores fiscais da Secretaria da Fazenda realizaram ôntem o seu tradicional jantar de confraternização, no Clube Português. Os coordenadores do evento, Luiz Carlos Tibúrcio Martins, Maria Augusta Oliveira e Dalva Catão disseram que esse jantar já se tornou como parte da família dos auditores que aproveitam essa oportunidade para um melhor conhecimento de cada um. Como convidados especiais estavam presentes os deputados Gorgônio Neto, o idealizador da Lei que transformou a Associação dos Auditores da Bahia em utilidade pública e o seu colega eleito este ano, Faustino Dias Lima. Na ocasião o auditor Josué Pereira da Fonseca saudou os colegas e destacou o espírito natalino, fazendo votos que se prolongue por toda a trajetória da vida de cada um.

Jornal A Tarde , 1981



1 – MENSAGENS

Ao promover o 1º encontro de confraternização dos auditores fiscais, abre-se o ensejo de conhecer-nos e comemorar juntos o primeiro ano de exercício no cargo.
A coordenação

" A conduta do auditor, com relação aos seus colegas, deve ser pautada nos princípios de consideração, apreço e solidariedade em consonância com os postulados da harmonia da classe".
C. Ética

" O auditor deve exercer o seu mister com zêlo, diligência e honestidade, observando a legislação vigente, sem prejuízo da dignidade e independência profissional".
C. Ética

" Não há maior crime contra os interesses públicos do que ser indulgente com aqueles que os violam".
Richilieu

" Lei sem fiscalização é letra morta: ninguem a cumpre".
Autor anônimo

LEGISLAÇÃO QUE TRATA DO AUDITOR FISCAL

Lei nº2.319, de 04.04.66
Extingue o atual regime de remuneração, institui graficação pelo aumento de produtividade da arrecadação, modifica a estrutura de séries de classe de funcionários da Secretaria da Fazenda, revoga vinculações salariais, e dá outras providências.
Art. 30 :Cria o cargo de Auditor Fiscal.

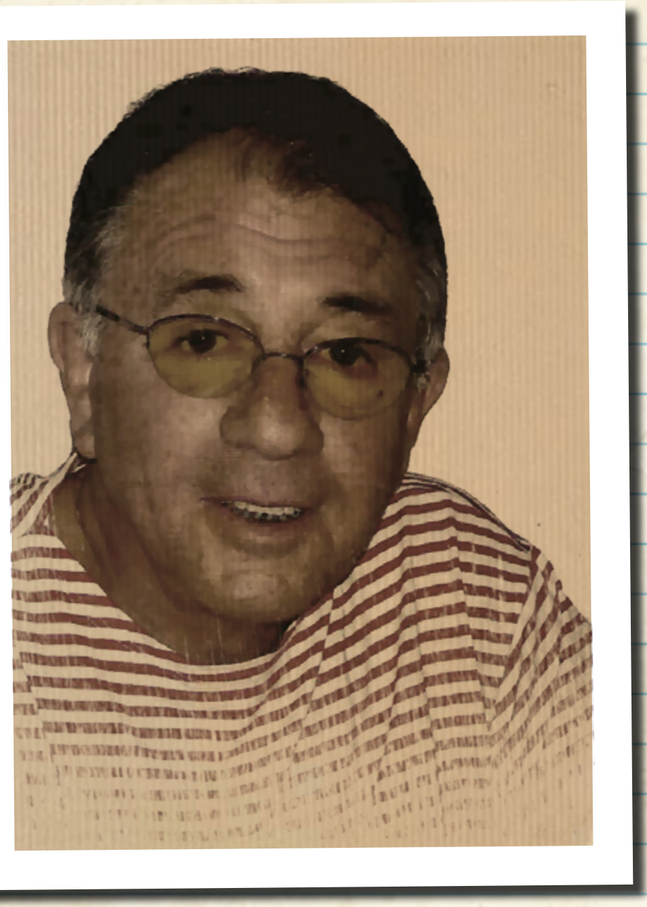
Lei nº 3.604, de 04.01.78
Altera a organização da Secretaria da Fazenda e dá a outras providências.
Art. 79 : Estabelece critérios de provimento do cargo de Auditor Fiscal.
Parágrafo Único: Estabelece a área de competência do Auditor Fiscal.

LEGISLAÇÃO BÁSICA QUE TRATA DO ICM

1. Legislação Federal

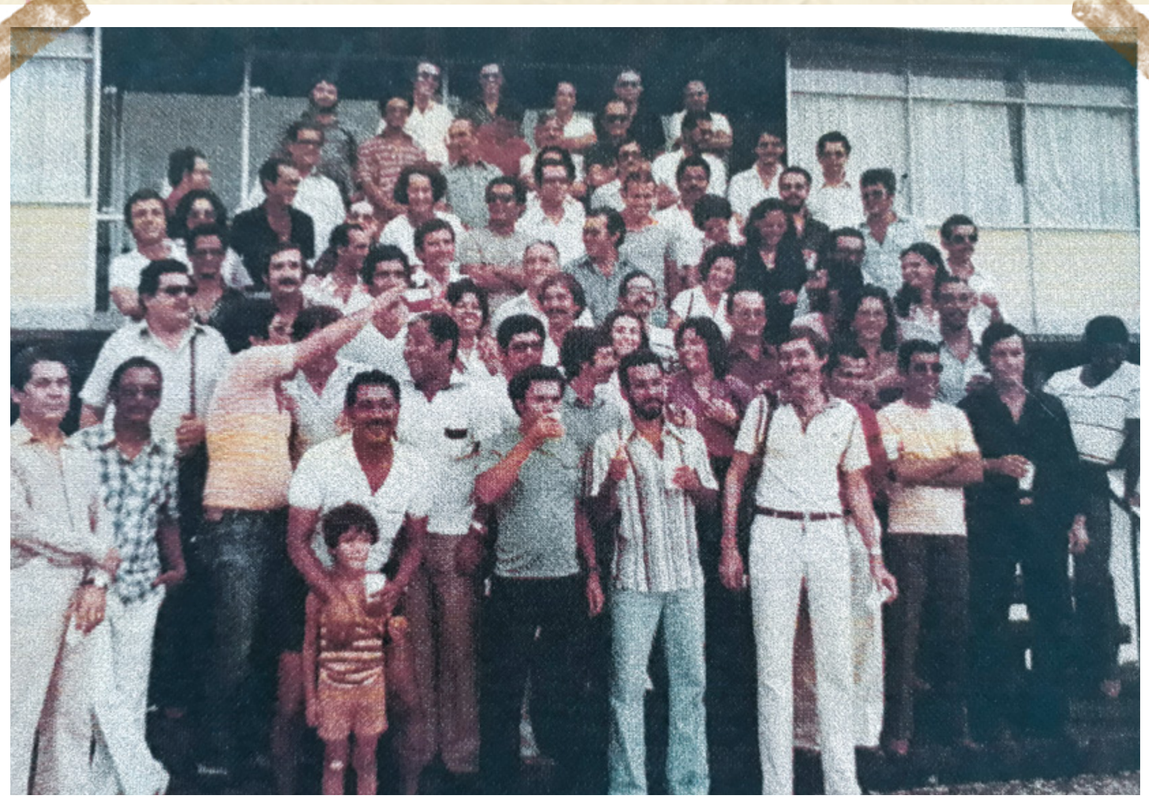
Constituição Federal
Art. 23, nº II, e §§ 40 e 60
Lei nº 5.172, de 25.10.66 (Código Tributário Nacional) Normas Gerais do Sistema Tributário.
Dec. Lei nº 406, de 31.12.68
Estabelece normas gerais aplicáveis ao ICM e ISS.
Dec. Lei nº 843 de 08.09.66
Altera o Dec. Lei nº 406, e da nova redação a Lista de serviços.

1ª Agenda Auditor Fiscal 1979



Luiz Carlos Tibúrcio Martins

"Tenho orgulho da minha vida,
o único jeito do homem chegar ao seu ideal
é através do conhecimento, estudo e força de vontade"



Encontro da 1° turma de concursados Auditores Fiscais

A forma de estrutura organizacional da entidade foi amplamente discutida durante a sessão da assembleia entre os presentes, questões relativas à ocupação de cargos e compromissos que cada um deveria honrar a fim de se compor a Diretoria e Conselho Fiscal, estabelecerem regras para o processo eleitoral da presidência, duração de mandato, valor das contribuições mensais dos associados, dentre outras. Assim, surgiram os primeiros esboços do estatuto e dessa mesma forma foram promovidos uma série de eventos colaborativos para arrecadar recursos em prol da legalização da entidade.

Vale destacar que o ambiente político da época não permitia ações abertas de tal natureza, todavia o seguimento já contava com um número significativo de adeptos que acreditavam na viabilidade do projeto, inicialmente só a categoria de Auditores Fiscais era elegível a participar em sua plenitude de gozo dos benefícios da associação. Assim, fundaram no dia 19 de novembro de 1979, a Associação dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia, com registro formal da primeira Ata de Assembleia Geral, em cujo corpo do texto constava a aprovação do Estatuto Social e denominação de seu nome como; Associação dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia - AAFEB.

Alinhar as ideias do coletivo e manter a associação em pleno funcionamento foi à missão dos primeiros fundadores que assumiram no final de 1979.

Primeira diretoria (1979 à 1981)

Presidente
Luiz Carlos Tibúrcio Martins

Vice-presidente
Maria Augusta Oliveira

Secretário Geral
Mário Moniz Pacheco

Diretor Financeiro
Pedro Victor da Silva

Diretor de Esporte
José Nascimento dos Anjos

Diretor Social
Dalva Catão Pereira

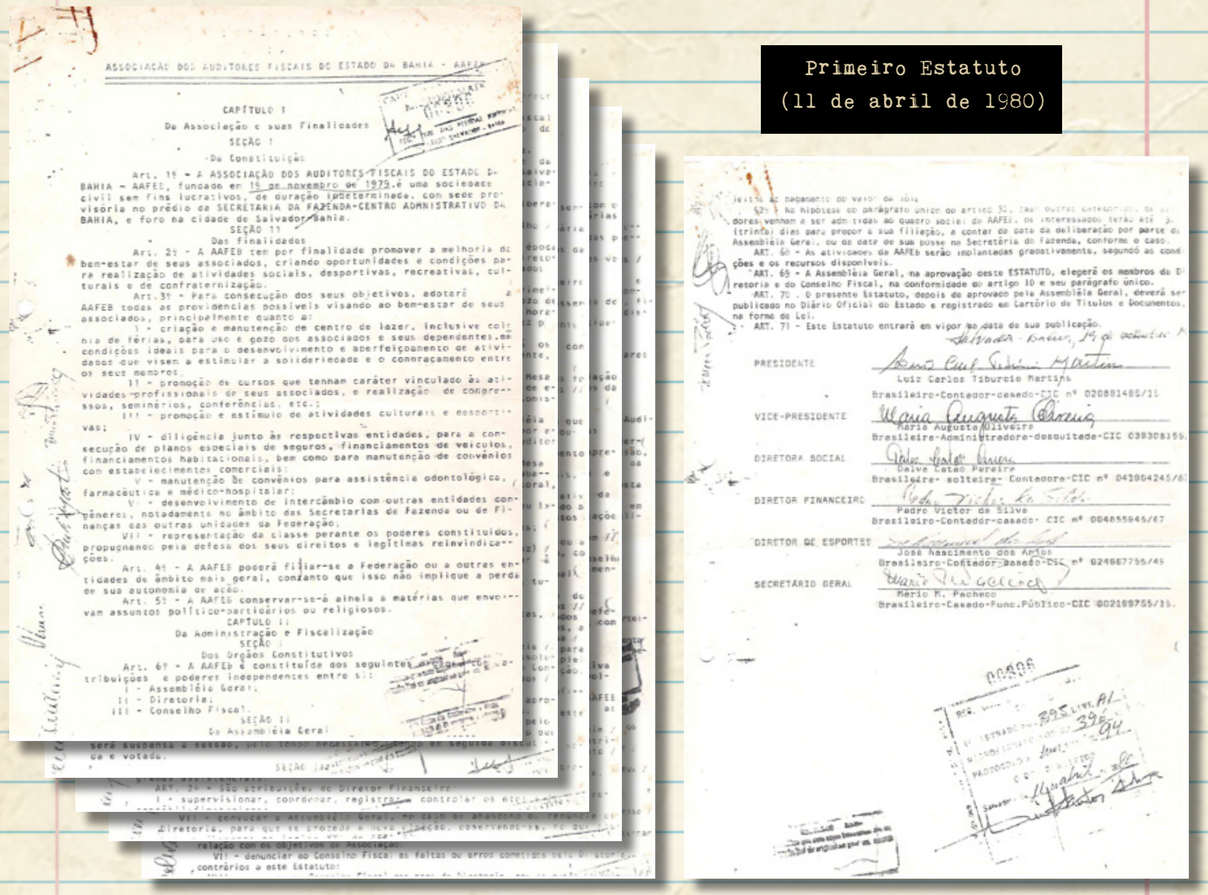
Conselho fiscal
Val Menezes Ferreira Machado
Luiz Carlos dos Santos
Celso Andrade de Carvalho

Durante o período de gestão da diretoria o grupo se manteve coeso, as atividades de cada setor foram se definindo e o convívio se fortalecendo pelo envolvimento nas ações da entidade e pela troca de experiências entre os pares, assim, a associação materializava suas ações e passava a tomar corpo, mantendo a colaboração do núcleo do grupo Fisco sempre atento a sua continuidade.

Outro registro importante foi à ata de Assembleia Geral que definiria os critérios de participação nas eleições, formas de apuração dos votos e o compromisso de cada cargo. No dia 26 de setembro de 1981, foi realizada uma Assembleia Geral que consignava na pauta matérias importantes para deliberação estando relacionadas dentre os itens a definição de critérios de participação do eleitor, forma de apuração dos votos e assunção de compromisso para ocupar cargo. A reunião ocorre no recinto de um restaurante e o documento retratando a aprovação desses assuntos foi consignado na ata da Assembleia Geral, subscrita pelos associados presentes.

Com a evolução do processo de organização interna, os passos seguintes eram de envidar esforços para trabalhar pelo reconhecimento legal da Associação e buscar alternativas para o recebimento das contribuições mensais efetuadas pelos associados. Nesse ínterim, os primeiros momentos foram direcionados para se realizar o registro no CGC (Cadastro Geral do Contribuinte, hoje denominado de CNPJ) para em seguida proceder ao registro do Estatuto Social na Junta Comercial do Estado da Bahia – JUCEB, tudo isso bancado financeiramente pelo conjunto de Auditores. O fruto do empenho cotidiano do grupo gestor ficou evidenciado pela intervenção e apoio do Deputado Estadual Gorgônio Neto, que no ano de 1981, apresentou o projeto de lei 5.303, aprovado e reconhecendo a AAFEB como entidade de utilidade pública estadual.

A impossibilidade de organizar instituições sindicalistas direcionou o grupo para outras formas de movimento, então estruturar um órgão independente da Secretaria da Fazenda que fosse representativo para o grupo só poderia ser no formato de associação



Primeiro Estatuto
(11 de abril de 1980)

A primeira logomarca trazia consigo a representação máxima dos desejos dessa categoria profissional.

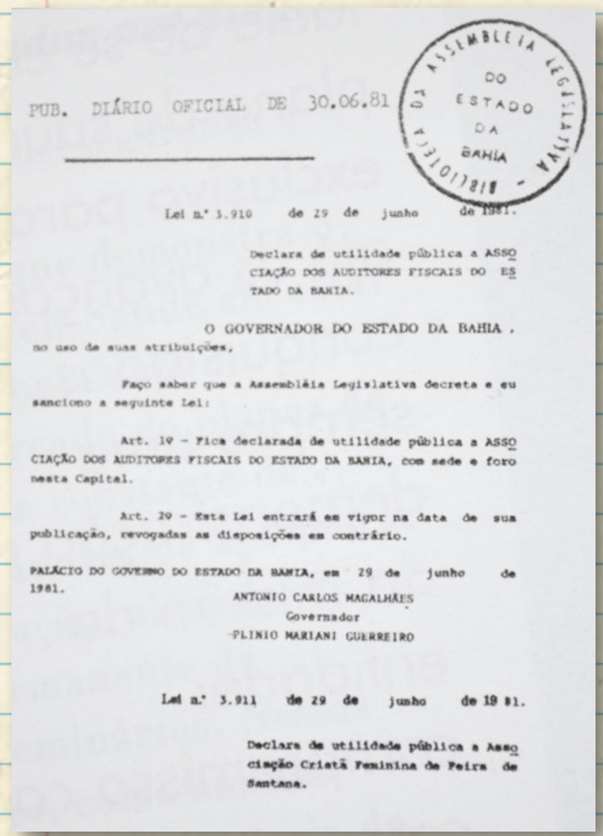
Primeira logomarca, 1981

Regularizada, a associação passa a figurar como instituição legal no mundo jurídico, com estrutura formal definida, disposta a seguir os caminhos para exercitar os princípios que regem o processo de integração social e comunitário firmado na peça estatutária. Para gerir a entidade no biênio de 1981 até 1983, ocorreu o chamamento por edital para a eleição da nova diretoria, fato este que aconteceu em 19 de novembro 1981, no edifício sede da SEFAZ, localizado no Centro Administrativo da Bahia (CAB), onde compareceu um total de 90 Auditores dentro de um universo de 120 associados fundadores.

A Chapa constituída para participar do pleito eleitoral foi composta por:

Diretoria (1981 à 1987)

Presidente Raymundo Djalma V. de Souza	**Diretor Financeiro** Luiz Henrique da S. Teixeira	**Diretor de Esportes** Archimedes Veloso Leal
1° vice-presidente José Amandio Barbosa	**Suplente** Edgar Ferreira P. Pessoa	**Suplente** Alfredo Marcelino Pereira
2° vice-presidente José Pereira da Fonseca	**Diretor Administrativo** Luiz Otavio Lopes	**Diretor Jurídico** Sérgio Coelho de Aráujo
1° Secretário Wilson Castro de Matos	**Suplente** Vanilda Souza Lopes	**Suplente** José David Alcântara Cruz
2° Secretário José Bezerra Lima	**Diretor Social** Denise Pereira Ribeiro	**Conselho Fiscal** Leonardo Raymundo de Santana Maria Augusta de Oliveira
3° Secretário Ivone de Oliveira	**Suplente** Edna Amália P.da Fonseca	Argemiro Nunes Barbosa



PUB. DIÁRIO OFICIAL DE 30.06.81

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA - BIBLIOTECA

Lei n.° 3.910 de 29 de junho de 1981.

Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS AUDITORES FISCAIS DO ESTADO DA BAHIA.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS AUDITORES FISCAIS DO ESTADO DA BAHIA, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 29 de junho de 1981.

ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Governador
PLINIO MARIANI GUERREIRO

Lei n.° 3.911 de 29 de junho de 1981.

Declara de utilidade pública a Associação Cristã Feminina de Feira de Santana.

Carta de reconhecimento da ASFEB como Instituição de Utilidade Pública Municipal

Eleita, a nova diretoria toma posse no dia 17 de dezembro de 1981, no salão Oxum do Centro de Convenções em Salvador/Bahia. No período de gestão a entidade passou por um processo de inatividade, que perdurou ao longo de três biênios. O processo de enfraquecimento da entidade fez com que a categoria voltasse a se mobilizar, a fim de salvar o projeto que veio a ter perspectivas através da convocação de novas eleições no ano de 1987.

> Os servidores, de forma organizada, se deram conta da proporção que a associação poderia tomar se continuassem dando passos cautelosos e seguros quanto a sua formação democrática.

1988 OS NOVOS RUMOS DA ASFEB

Constituição brasileira promulgada em 05 de outubro de 1988

Vale lembrar, que no ano de 1985 o país passa a ter a expectativa do término do regime militar. O então Presidente do Brasil, General João Batista Figueiredo, sai de cena e dá lugar às propostas mais democráticas, representadas pelo candidato eleito Tancredo Neves, que não chegou a apropriar-se do cargo por conta de seu falecimento, assumindo em seu lugar o maranhense, José Sarney.

O Presidente da República era figura de convívio próximo das forças armadas e componente da ala conservadora do sistema político do país, seu governo foi marcado pela presença dessa corrente política de princípios retrógrados e ineficazes. O Brasil viveu uma época de muitas denúncias de corrupção e favorecimento de toda ordem às classes econômicas e políticas específicas.

A recessão que se seguiu ao Plano Cruzado fez com que todos os Estados brasileiros perdessem arrecadação. A SEFAZ/BA registrou uma queda brusca de 15% na receita do atual ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação baiano em relação ao ano anterior. A situação não melhorou muito em 1988, quando a arrecadação teve um pequeno crescimento de 2,5%. A inflação fora de controle exigia constantes aumentos nos vencimentos dos servidores estaduais, os chamados gatilhos salariais.

Sem disponibilidade suficiente em caixa, o governo resolve atrelar os reajustes dos produtos à variação da Arrecadação Tributária. Considerando essa base de vinculação política, quando o estado alcançasse um nível de arrecadação do ICMS com patamar de acréscimo positivo, fato este que não acontecia todo ano, haja vista, que 80% da quantia arrecadada seria destinada a corrigir os salários do funcionalismo.

Em face do processo inflacionário se mostrar fora de controle, o governo, para cobrir gastos com custeio, investimentos e encargos da dívida, teve de recorrer a outras fontes de recursos como as de origem das transferências federais, empréstimos, financiamentos e demais alternativas de captação de recursos existentes no mercado. Mesmo assim, os salários continuavam defasados e os servidores insatisfeitos. Houve nesse período muitos movimentos de paralisações no setor público, inclusive com o pessoal do grupo fisco. A nova Constituição Federal promulgada em outubro de 1988, estabeleceu um processo de alívio às finanças estaduais.

Meio a essa conjuntura política e econômica a associação também foi atingida por uma crise administrativa que se instalou na diretoria que assumiu a entidade no ano 1982 e perdurou até meados de 1987, quando uma parcela representativa de associados reivindicavam novos direcionamentos, visto que naquele momento a associação se encontrava vulnerável frente às negociações com o executivo estadual.

Foi convocada uma assembleia com publicação de edital no Jornal à Tarde em novembro de 1987 para discutir os novos rumos, esta durou três dias e teve a presença de 1.200 associados, sendo homologada uma chapa, que em seguida foi eleita e veio a tomar posse no dia 22/12/1987.

Com vigor das mudanças positivas no país, a associação ganha fôlego e alinha as perspectivas trazidas pelos associados à nova organização burocrática institucional.

A DIRETORIA DO BIÊNIO FOI COMPOSTA POR:

Presidente: Ezilberto de Brito Moitinho
1º vice-presidente: Geranilson Dantas Requião
2º vice-presidente: José Augusto dos Santos
1º Secretário: Wadeltrudes Menezes Santiago
2º Secretário: Rubens da Costa Amaral
3º Secretário: Valdemir Nogueira de Oliveira
Diretor Financeiro: José Arnaldo Reis Cruz
Suplente: João Laurentino Filho
Diretor: Administrativo: Waldemar Santos Filho
Suplente: Vanilda Souza Lopes
Diretor Social: Denise Pereira Ribeiro
Suplente: Edna Amália Pereira da Fonseca
Diretor de Esportes: Archimedes Veloso Leal
Suplente: Alfredo Marcelino Pereira
Diretor Jurídico: Sérgio Coelho de Aráujo
Suplente: José David Alcântara Cruz
Conselho Fiscal: Leonardo Raymundo de Santana
Maria Augusta de Oliveira
Argemiro Nunes Barbosa

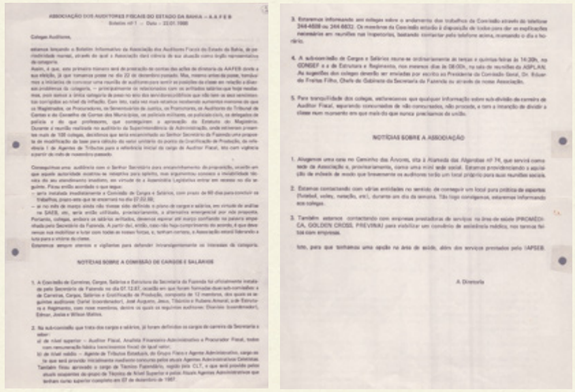
As ações que foram tomadas por essa nova diretoria a partir do início 1988 passaram a dar sinais de novos horizontes para a Associação dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia, surgindo a organização do movimento da categoria para discutir e reivindicar, junto ao escalão superior da SEFAZ, a questão dos baixos salários que afligia o grupo do fisco. Inicia-se então um processo de diálogo com os gestores da Secretaria da Fazenda para analisar um novo plano de carreira com a participação efetiva dos Auditores, estes representados por uma comissão referendada pela associação.

Houve nesse período uma mobilização atuante no processo de reivindicações que vieram a organizar atos de paralisações com o apoio dos integrantes da associação, nesse ínterim surge o lançamento do primeiro Boletim Informativo como meio de comunicação, para informar aos associados sobre os acontecimentos e o que a gestão da entidade estava realizando em prol da categoria, tudo de forma a elevar os níveis de discussão a outros patamares administrativos e representar a classe no diálogo com o governo.

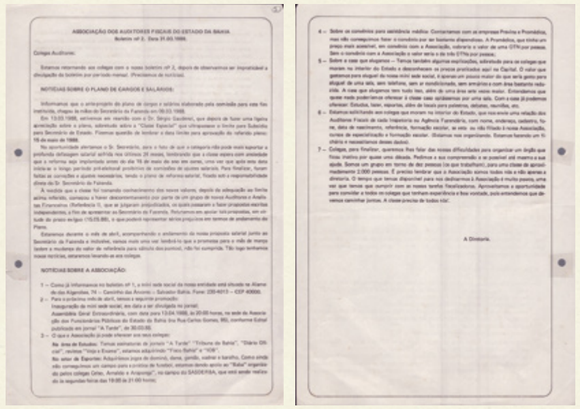
Ao mesmo tempo, que a associação se preocupava com a melhoria das condições de trabalho dentro da Secretaria da Fazenda, se dedicava também a melhoria da qualidade de vida do grupo fisco internamente.

A necessidade de ter um local que oferecesse maior comodidade e condições para desenvolver as atividades da entidade fez com que a direção negociasse o aluguel de um imóvel que comportasse o funcionamento administrativo e pudesse oferecer algum espaço para ser usado como ambiente recreativo para os associados. Nesse sentido foi alugada uma casa no bairro da Pituba, posteriormente foi adquirida uma pequena sala localizada na Rua Paulo VI e houve também o aluguel de uma casa no Caminho das Arvores, na Alameda das Algarobas, Salvador-BA.

O lazer e bem-estar do grupo também passam a ser pauta importante dentro da associação, assim, surgem às ideias para firmar convênios e celebrar as primeiras parcerias a fim de conseguir locais para prática de esportes. Nesse mesmo patamar de ações iniciam-se os primeiros contatos para oferecer atendimento particular de assistência médica à saúde para o grupo de associado.



Boletim nº 1, 1988



Boletim nº 2, 1988

O processo de comunicação via Boletins Informativos passa a ser produzido e circular com maior frequência na classe dos associados. As assembleias são convocadas e os assuntos de interesse da categoria pautados para discussão e deliberação em plenária, tudo de forma a democratizar as decisões da diretoria e atender aos anseios do universo dos associados.

Além das propostas básicas voltadas para o acolhimento onde se buscava oferecer alternativas para a saúde e bem-estar, a associação também passou a se preocupar com a parte de suporte jurídico e a oferecer apoio aos integrantes do grupo fisco à medida que alguém viesse a precisar de defesa e/ou promover ação em caráter particular.

O ano de 1989 começa com grande aflição da categoria, a respeito das conquistas obtidas nas negociações em agosto de 1988, época em que houve a aprovação do plano de carreira salarial e agora passava a ser consumido pelos altos índices mensais de inflação, por outro lado não havia garantia e/ou compromisso do executivo em arcar com a responsabilidade de manter a atualização dos vencimentos, assumida na aprovação do plano.

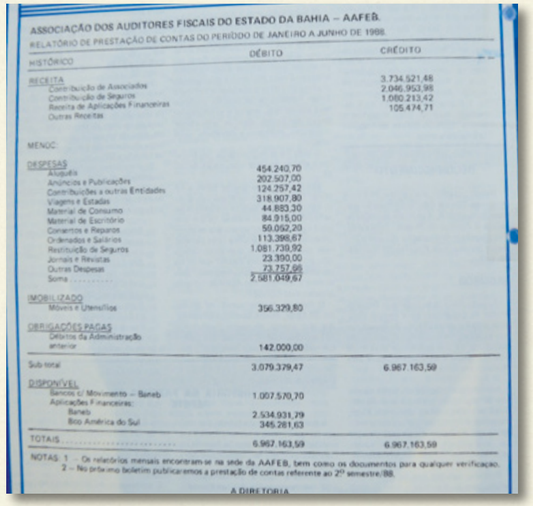
O arrocho salarial colocava os profissionais do fisco em situações embaraçosas como não poder adimplir os compromissos e arcar com as despesas pessoais, havia um processo de tensão por modificações nas regras da Constituinte Estadual.

Em meio as reivindicações o grupo também saia em busca de agregar conhecimentos e fortalecer os laços externos em viagens para eventos relacionados à categoria, dentre essas uma visita a Alemanha foi significativa pelo valor de uma experiência internacional.

Também era objeto de preocupação da categoria interagir com as regiões onde existia núcleo de concentração de servidores para estabelecer laços de aproximação, nesse período compreendido entre os dias nove até onze de novembro de 1988, ocorre o primeiro "Encontro Estadual dos Funcionários Fazendários", na cidade de Ilhéus/BA. O evento se caracterizou por oportunizar a melhoria no desempenho dos trabalhadores, como também constituir-se em um espaço de socialização e trocas de experiências entre os profissionais.

Entendendo que a transparência se traduz em um dos fatores fundamentais para manter a confiabilidade e a credibilidade dos associados, a diretoria decide incluir no boletim periódico o demonstrativo dos gastos do custeio da associação. Concomitante a essa ação, passou a promover uma série de concursos de criações artísticas, que perduraram por anos como elemento de aproximação e união interna dos associados, também estimulando o potencial criativo de cada profissional. Esses materiais foram objeto de publicação em diversas edições do boletim da entidade.

Outro marco importante que ocorreu nesse período da gestão 88/89 foi à aquisição da primeira sede social, localizada no bairro Jardim das Margaridas, na capital baiana. Fruto de um planejamento contínuo de organização das finanças por parte da diretoria. Essa compra trouxe segurança para o grupo, mas também calorosas discussões entre os associados, além de ocasionar remanejamentos de cargos internos na diretoria a fim de alinhar todas as expectativas em um ideal comum.



ASSOCIAÇÃO DOS AUDITORES FISCAIS DO ESTADO DA BAHIA – AAFEB.

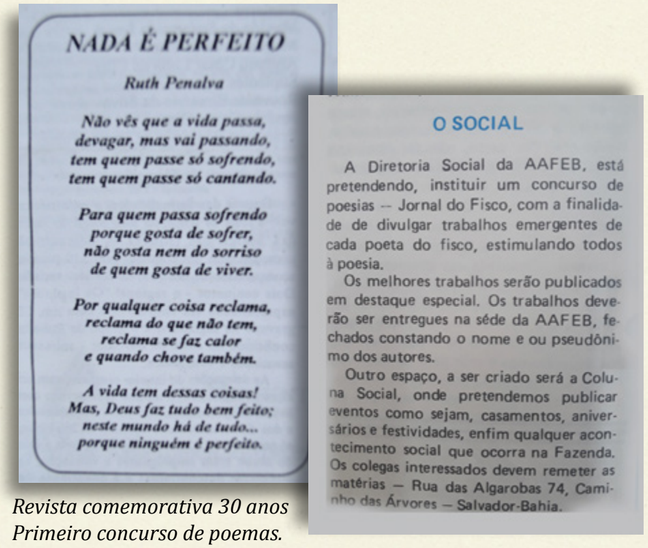
RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 1988.

HISTÓRICO	DÉBITO	CRÉDITO
RECEITA		
Contribuição de Associados		3.734.521,48
Contribuição de Seguros		2.046.953,98
Receita de Aplicações Financeiras		1.080.213,42
Outras Receitas		105.474,71
MENOS:		
DESPESAS		
Aluguéis	454.240,70	
Anúncios e Publicações	202.507,00	
Contribuições a outras Entidades	124.757,42	
Viagens e Estadas	318.907,80	
Material de Consumo	44.883,30	
Material de Escritório	84.915,00	
Consertos e Reparos	50.052,20	
Ordenados e Salários	113.398,67	
Restituição de Seguros	1.081.739,92	
Jornais e Revistas	23.390,00	
Outras Despesas	73.757,96	
Soma	2.581.049,67	
IMOBILIZADO		
Móveis e Utensílios	356.329,80	
OBRIGAÇÕES PAGAS		
Débitos da Administração anterior	142.000,00	
Sub-total	3.079.379,47	6.967.163,59
DISPONÍVEL		
Bancos C/ Movimento – Baneb	1.007.570,70	
Aplicações Financeiras:		
Baneb	2.534.931,79	
Bco América do Sul	345.281,63	
TOTAIS	6.967.163,59	6.967.163,59

NOTAS: 1 – Os relatórios mensais encontram-se na sede da AAFEB, bem como os documentos para qualquer verificação.
2 – No próximo boletim publicaremos a prestação de contas referente ao 2º semestre/88.

A DIRETORIA

1° Relatório de prestação de contas, 1988



NADA É PERFEITO

Ruth Penalva

Não vês que a vida passa,
devagar, mas vai passando,
tem quem passe só sofrendo,
tem quem passe só cantando.

Para quem passa sofrendo
porque gosta de sofrer,
não gosta nem do sorriso
de quem gosta de viver.

Por qualquer coisa reclama,
reclama do que não tem,
reclama se faz calor
e quando chove também.

A vida tem dessas coisas!
Mas, Deus faz tudo bem feito;
neste mundo há de tudo...
porque ninguém é perfeito.

O SOCIAL

A Diretoria Social da AAFEB, está pretendendo, instituir um concurso de poesias -- Jornal do Fisco, com a finalidade de divulgar trabalhos emergentes de cada poeta do fisco, estimulando todos à poesia.

Os melhores trabalhos serão publicados em destaque especial. Os trabalhos deverão ser entregues na séde da AAFEB, fechados constando o nome e ou pseudônimo dos autores.

Outro espaço, a ser criado será a Coluna Social, onde pretendemos publicar eventos como sejam, casamentos, aniversários e festividades, enfim qualquer acontecimento social que ocorra na Fazenda. Os colegas interessados devem remeter as matérias — Rua das Algarobas 74, Caminho das Árvores — Salvador-Bahia.

Revista comemorativa 30 anos
Primeiro concurso de poemas.

Primeira sede Jardim das Margaridas

Durante o exercício desse mandato a diretoria desenvolveu grandes esforços para negociar a fusão da Associação dos Auditores fiscais com o Sindicato dos Auditores Fiscais da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia. O processo de intermediação em um primeiro momento não obteve êxito, porque a AAFEB mantinha relações com outras entidades das quais compartilhava decisões importantes em níveis nacionais e, por questões éticas o grupo não permitia politizar de forma partidária a associação.

Na década dos anos de 1990, o mundo passa por um processo de processo de mudanças históricas, tecnológicas e quebra de paradigmas no planeta. O efeito das evoluções se reflete em agitações no âmbito de convivência da sociedade civil e, ao mesmo tempo, provoca agitações no mundo dos negócios impactando sobremaneira o ambiente econômico e financeiro, abrindo indicativo de caminhos para o Brasil trilhar nessa nova era de redemocratização do país.

No ano de 1990 foi eleita a diretoria para o biênio 1990/1991 da AAFEB, sendo a chapa composta por:

DIRETORIA DO BIÊNIO 1990/1991

Presidente: Henrique Araponga Doria
Presidente: José Hilton de Souza Cruz
Vice-Presidente: José Hilton de Souza Cruz
2º vice-presidente: Abdala kalil Paixão
1º Secretario: João Oswaldo Barbosa Borges
2º Secretario: Antônio cesar Costa Souza
3º Secretario: Frank Farias
Diretor Financeiro: Aloisio Meirelles Neto
Sup. Diretor Financeiro: Magno da Silva Cruz

Diretor Administrativo: Marcos Antônio da S. Carneiro
Suplente Diretor Administrativo: Vladimir Maximo Moreira
Diretor Social: Noraldino Amorin de Santana
Diretor de Esporte: Dilmar Pimentel Batista
Suplente Diretor de Esporte: José Augusto Martins Vicente
Diretor Juridico: Helcônio de Souza Almeida
Suplente do diretor Juridico: Benedicto
Conselho Fiscal: Andrés Miguel Esteves Moreira
Giovanni Machado Rotondano
Francisco Alberto de Moraes Neto

representantes

Com o objetivo de divulgar o trabalho da AAFEB, o presidente Henrique Araponga Dória, iniciou as visitas às Inspetorias e Delegacias Regionais, tendo na oportunidade, solicitado a todos os colegas presentes na reunião sugestões para a elaboração de um novo Regulamento da Gratificação de Produção, como também, outras propostas de interesse da classe.

Por ocasião das visitas nas Infaz's, foram escolhidos representantes junto a cada repartição, tendo sido escolhidos os seguintes colegas: Infaz Brotas: Iara Costa Santos e Raimundo Lopes dos Santos; Infaz Calçada: Luiz Cláudio Guimarães e Rosaldo Santana Souza Filho; Infaz Conceição da Praia: Luiz Carlos Prates Santos; Infaz Pirajá: Cesar Augusto da Silva Fonseca e Eliete Teles de Jesus Souza.

As próximas visitas serão às Inspetorias de Iguatemi, Santo Antônio, São Pedro, Simões Filho e Camaçari, bem como às Delegacias de Alagoinhas, Ilheus, Itamaraju e Vitória da Conquista.

Na próxima edição divulgaremos os nomes dos nossos credenciados, por órgão da Sefaz.

Informativo ASFEB

ASSOCIAÇÃO DO GRUPO FISCO DO ESTADO DA BAHIA

Sejam bem vindos novos companheiros

Isto é a ASFEB

Arquivo Asfeb

A nova diretoria assume com o compromisso de avançar nos projetos administrativos. Demostrando que o senso de contribuição coletiva só aumentava diante das dificuldades de unir vários intelectos em prol de um objetivo comum.

Um dos compromissos pautados e firmados foi o de instituir um plano de saúde através de convênio com entidades de iniciativa privada, mais os gastos eram elevados, em março do mesmo ano a diretoria descarta a possibilidade devido ao alto custo que demandaria para a entidade.

Nesse estágio a associação contava com um quadro de dez (10) profissionais da ativa, que executavam as ações de gestores na associação, cumulativamente com as atividades de fiscalização no estado. A diretoria focava sua atenção em avançar no planejamento da direção anterior, sendo essa a filosofia que a partir de então passou a ser adotada pela Asfeb. O presidente Henrique Araponga Dória, se afasta e o então vice-presidente José Hilton de Souza Cruz assume em meados de março de 1991, com o compromisso de dar continuidade no trabalho do antecessor.

No mês de julho desse mesmo ano, foi celebrado um termo de convênio com um plano de saúde comercial o qual se mostrava vantajoso à época para os anseios e pretensão do grupo fisco. Não obstante, para consolidar o planejamento traçado pela diretoria tornava-se necessário realizar novas parcerias, além de se promover uma série de visitas nas inspetorias e delegacias regionais localizadas na capital e no interior do estado.

As atividades no clube social passaram a ter um processo de adesão de grande parte do grupo familiar do fisco, esse feito fez aumentar substancialmente a frequência, fazendo com que a direção da entidade optasse por criar uma primeira carteirinha para acesso ao clube, nesse período as instalações já contavam com área de lazer equipada, quadras de esportes, parque e ambiente de socialização completo. O processo administrativo e gerencial realizado no curso desse mandato contribuiu para o progresso da associação.

Composição da diretoria eleita para o biênio de 1992 até 1993.

ASSUMEM NO BIÊNIO 92/93 A NOVA DIRETORIA

Presidente: Edmar Sombra bezerra
Vice-presidente: Odonel Vilas Boas
1º Secretario: Elizabete Conceição C. Oliveira
Diretor Financeiro: José Almir L. Medeiros
Diretor Administrativo: José Arnaldo Cruz
Sup. Diretor Administrativo: Vladimir Maximo Moreira

Diretor Social: Maria Zenilda Almeida
Diretor de Esporte: José Vicente Neto
Diretor Juridico: Luis Gonzaga A. de Souza
Conselho Fiscal: Emanuel Matos Junior
Vivaldo Socorro de Souza
Zell Spínola Fagundes

A preocupação com o processo de continuidade de assistência realizados junto ao plano de saúde privado era tema de debates constantes devido aos problemas enfrentados pelo corpo diretivo no desenvolvimento dos trabalhos. Diante dessa realidade a direção da AAFEB segue em busca de um sonho maior, ou seja, criar seu próprio plano de saúde, a fim de contrapor dentro de um formato enxuto as intervenções capitalistas do mercado e vir atender as demandas de saúde dos seus associados. O objetivo central era de acabar com a instabilidade assistencial na área de saúde, expandir as fronteiras de associados e assumir a responsabilidade em manter um plano de saúde autogerido e que viesse a suprir as demandas do grupo fisco e familiares.

A necessidade para acomodar os órgãos administrativos da instituição se tornava cada vez mais carente de espaço, para minimizar tais circunstâncias e com o propósito de atender às demandas das novas atividades incorporadas, foi necessário alugar um imóvel na Avenida Paulo VI bairro da Pituba, Salvador-BA.

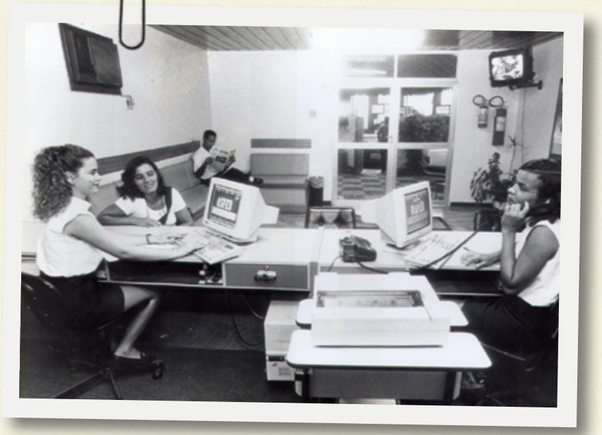
Nesse período da gestão há um aumento significativo no número de associados, a AAFEB ganha contornos mais amplos, haja vista, que os Agentes de Tributo passam a integrar o quadro associativo da instituição. Diante desse fato, a entidade passa a chamar-se de ASFEB, Associação do Grupo Fisco da Bahia.

A AAFEB E A DEMOCRATIZAÇÃO

A fim de facilitar o processo de comunicação entre a AAFEB e os colegas das mais distantes regiões do interior do Estado, a direção da Associação está empenhada em democratizar e descentralizar o processo decisório no âmbito de nossa Entidade de Classe.

Para tanto, estamos credenciando colegas das diversas repartições principalmente do Interior a fim de que os problemas que afetem aos nossos associados nos sejam encaminhados à nossa Sede, com a máxima rapidez possível, para que possamos conhecer e reivindicar. Participe e informe.

Os dependentes e associados passam a participar das atividades, reuniões sociais, desportivas, culturais e artísticas promovidas pela Asfeb com maior intensidade. Outras melhorias foram efetuadas na sede social, assim como um processo de revisão no valor da mensalidade dos sócios e a tendência crescente no número de quotas de beneficiários inscritos para o plano de saúde, que atingia o montante aproximado de 2.000.



Sede Pituba

Em 05 de janeiro de 1993 o plano de saúde estava operando com o advento da aprovação do primeiro regulamento. Nesse período foram também, efetuadas modificações nos artigos do Estatuto Social, incluindo no seu corpo a nova categoria de profissionais do Fisco, os Agentes de Tributos que passaram a compor o quadro de associados juntamente com o grupo de Auditores Fiscais.

As Inspetorias Fazendárias instaladas no interior tiveram contribuições importantes nesse processo, visto que funcionavam como um elo facilitador de comunicação da diretoria para com os associados residentes no interior, aumentando o sentimento de pertença por parte destes.

A dedicação para viabilizar o projeto de criar o plano de saúde da entidade demandava a realização de um conjunto de ações que ocupava as atenções em tempo integral. Esse trabalho ganhou destaque e redirecionou as atividades da gestão para o fortalecimento do produto junto aos associados.

O grupo passa a disponibilizar os demonstrativos com as análises de comparativos entre despesas do plano de saúde versus receita, individualizando a utilização dos serviços médicos, descrevendo o processo de credenciamento e descredenciamento de hospitais a fim de garantir uma sintonia com o mercado.

Várias assembleias se sucederam para que se chegasse a processar o marco de ajustes para o sistema regulatório do uso do plano, esta sistemática se tornou necessária, a fim de se estudar medidas para adequar as demandas do grupo em decorrência de fatores como a questão de idade dos associados e dependentes, de forma a se estabelecer os valores das quotas, controle para tratamento e sistema de assistência médica.

No que tange a parte social foi incentivado o desenvolvimento de práticas esportivas nos clubes e com direcionamento de verba exclusiva para este fim. Da mesma forma houve iniciativas para ampliar a atuação das ações da entidade no interior como forma de oferecer alternativas de lazer para os colegas. Através dessa vertente a ASFEB inaugura em meados de julho de 1993 um espaço fruto de parceria com outras entidades uma chácara em Vitória da Conquista. Novas ações também ocorreram na capital, como a reforma e reinauguração do clube no Jardim das Margaridas, que se mostraram expressivas e objetivas para oferecer uma nova dinâmica aos encontros dos associados nas instalações.

Nesse mesmo período a luta por igualdade de salários e melhor tratamento por parte dos gestores da Secretaria da Fazenda para com os profissionais do fisco eram contínuos. Essa demanda autorizava a diretoria em proceder a estudos e estabelecer estratégias de ações contra as ementas na constituição da Bahia, que tramitavam no legislativo. Por isso, havia a necessidade de abrir canais de diálogo com os legisladores, principalmente na parte de preservar os direitos da classe de aposentados e evitar prejuízos na aplicação do redutor salarial.

Mudanças aconteciam num ritmo acelerado dentre as quais se destacam: alteração estatuaria para modificar o sistema de eleição dos conselhos, alteração do quórum mínimo de deliberação, realinhamento do valor da contribuição mensal, atualização no regulamento do Asfeb Saúde no que se referia ao uso e período de carência no processo de adesão, além dos eventos sociais cada vez mais expressivos, reelegendo grande parte da gestão anterior.

Chapa eleita de 1994 á 1995:

NO BIÊNIO 94/95

Presidente: Edmar Sombra bezerra
Vice-presidente: Eloan da Silva Ferreira
1º Secretario: Niwton de Barros Macedo
Diretor Financeiro: Anselmo Leite
Diretor Administrativo: Elisabete Conceição C. Oliveira
Suplente Diretor Administrativo: José Raimundo Guimarães

Diretor Social: Maria Zenilda Almeida
Diretor de Esporte: José Almir Largo Medeiros
Diretor Juridico: Luis Gonzaga A. de Souza
Conselho Fiscal: Antônio Cesar Lima da Cruz
Magno da Silva Cruz
Vivaldo Socorro de Souza

Essa administração avançava também no desenvolvimento do plano de saúde, os desafios que se deparavam eram constantes e careciam de ser alinhados os anseios do grupo com as demandas decorrentes de um plano autogerido.

A associação na mesma época credencia novos serviços na grande Salvador e em cidades do interior, além da ampliação no atendimento do Asfeb Saúde e oferta de atrativos aos eventos de comemorações, a fim de aumentar a participação dos associados, assim como melhorias nas instalações no imóvel do clube e na sede administrativa.

Clube de Ilhéus

Clube de Barreiras

Clube de Alagoinhas

Clube de Vitória da Conquista

Os desafios no processo de gestão eram contínuos e permaneciam na pauta do dia a dia das atividades institucionais, o planejamento de cada equipe que viesse a assumir a direção da entidade deveria na medida do possível articular ações capazes de defender as reivindicações do grupo em quaisquer que fosse o estágio que se encontravam. A metodologia de condução das demandas se identificava com o perfil do grupo gestor, tendo sempre por objeto o bem estar coletivo, ouvir os associados de forma igualitária e levar as matérias para conhecimento e deliberação da estância máxima, que na entidade é a assembleia geral.

Além do Clube de Barreiras inaugurado em Agosto de 1996, outros Clubes se somam a história da Associação.

O clube de Ilhéus, Associação Atlética Fazendária AAFA, teve sua proposta inicial efetivada pelas Inspetorias Fiscais de Ilhéus, Itabuna e Camacan, inaugurado no dia 02 de fevereiro de 1986. Para viabilizar a construção foram feitas parcerias com: Instituto de Cacau da Bahia e CEPLAC, Prefeitura de Ilhéus e depois a Prefeitura de Itabuna. Visando melhor assessoria, com o passar do tempo, fizeram um Comodato com a ASFEB e posteriormente doaram 90% do patrimônio da AAFA para esta, que atualmente tem o controle centralizado do clube.

O clube de Vitoria da Conquista teve início nas negociações de compra da área em meados de 1988, vindo a se concretizar em 1995. Um conjunto de ações e parceiras possibilitou a aquisição do terreno vendido pela Caixa Econômica Federal, dentre essas parcerias, o Sindsefaz fez a doação de 30% do valor e Asfeb outros 30%. Consolidado, o clube hoje atende Servidores não só de Vitoria da Conquista, também de Brumado, Guanambi, Itapetinga, Jequié e Ipiaú.

O clube de Alagoinhas foi fundado em 1996, com intuito de acolher um quadro de aproximadamente cem funcionários da Secretaria da Fazenda da Bahia, divididos entre delegacia e Inspetoria. A ideia era de construir um espaço que além proporcionar lazer servisse como hospedagem. Estruturada a ideia, o passo seguinte foi a aquisição do lote, área doada pela Prefeitura de Alagoinhas. Somente agora em 2019 foi regularizada integralmente o terreno.

Imagens: Clube Barreiras

Aos cinco dias do mês de janeiro 1996, na sede da Associação dos Empregados do Banco do Estado da Bahia, a diretoria eleita da ASFEB toma posse sendo esta a chapa eleita para o biênio de 1996 até 1997 na forma que se segue:

ASSUMEM NO BIÊNIO 96/97

Presidente: Luiz Gonzaga Alves de Souza
Vice-presidente: Eloan da Silva Ferreira
1º Secretario: Elisabete Conceição C. Oliveira
Suplente: Wilson Coutinho
Diretor Financeiro: Anselmo Leite Brum
Suplente: Carlos Alberto Pereira
Diretor Administrativo: José Almir Lago de Medeiros
Suplente Diretor Administrativo: Joselito de Macedo
Diretor Social: Edmar Sombra Bezerra
Suplente: José Augusto
Diretor de Esportes: Vladimir Máximo Moreira
Suplente: Eliomar Conceição Bispo
Diretor Jurídico: Oscimar Alves Souza
Suplente: Clarindo José da Silva
Conselho Fiscal: Ademar Simões de Azevedo
Ademilson Barnabé da Silva
Mauricio Costa Gomes

Nesse período a imagem do plano de saúde já se encontrava difundida no seio da categoria, o desafio que se apresentava era o de cuidar da saúde financeira do produto, para isso foi necessário duplicar a quantidade de filiados, estabelecer regras para promover o uso consciente dos serviços e rever o valor das cotas para manter um atendimento de qualidade a um valor acessível, devido o alto índice de sinistralidade que se mantinha no universo dos beneficiários, além de promover a eleição para escolha de nomes para representantes da diretoria no interior e nomes para os membros do Conselho de Administração do Asfeb Saúde.

Expandir os serviços ofertados pela ASFEB era uma das metas que a direção da entidade considerava de real valor, visto que, dessa forma estaria estendendo as vantagens da mesma grandeza para um número mais representativo de associados. A multiplicação das unidades no interior era vista com grande euforia por parte dos associados e a inauguração do clube de Barreiras, ocorrida no mês de agosto do ano de 1996, foi um marco desse período.

O processo de inovação tecnológica se encontrava em fase de grandes avanços no país e as instituições necessariamente precisavam se adequar a essa nova realidade do mercado. Com esse foco a diretoria parte para efetuar uma parceria e celebrar convênios que viessem a facilitar a aquisição de microcomputadores para os associados, a fim de ter acesso à internet e conhecer as novas regras de transformações no mundo.

Outro fato fundamental no período da gestão foi à iniciativa de investir na sede própria, adquirida em regime condominial. As salas faziam parte do prédio Centro Empresarial Eldorado, onde em abril de 1996, aconteceram as primeiras reuniões com os corretores, que em seguida eram levadas para as assembleias decidindo conjuntamente as proporções do investimento. O espaço foi inaugurado no segundo mandato da gestão em 1998.

Assim, tornou-se necessário efetuar um planejamento a longo prazo e executá-lo como instrumento norteador das ações da associação. Vencer os desafios para evolução das demandas, organizar os eventos internos, marcar presença nas negociações com o executivo, reivindicar auxílios compensatórios das contribuições efetuadas ao IAPSEB , prestar contas aos associados de forma transparente, manter o fluxo de expansão para o interior.

Em janeiro de 1998, toma posse a equipe da nova diretoria, a qual ratifica o compromisso de trabalhar em defesa dos interesses do grupo fisco.

Jornal Informativo Asfeb

ASSUMEM NO BIÊNIO 98/99

Presidente: Luiz Gonzaga Alves de Souza
Vice-presidente: Elizabete Conceição C Oliveira
1° Secretario: Antonio Luis dos Santos Palma
Suplente: Jose Rubens de Oliveira
Diretor Financeiro: Vladimir Maximo Moreira
Suplente: Milton de Carvalho
Diretor Adm.: Juvencio Rui Cardoso Neves
Suplente Diretor Adm.: Joseilton da Silva
Diretor Social: Edmar Sombra Bezerra
Suplente: Jose Augusto da Silva Costa
Diretor de Esportes: Antonio Fernando reis
Suplente: Eliomar Conceição Bispo
Diretor Jurídico: Odonel Villas-Boas
Suplente: Carlos Alberto Moura Pinheiro

Apoiar a criação de uma entidade cooperativa para dar suporte aos profissionais do grupo Fisco era o projeto que se desenhava como uma nova frente de trabalho para a administração do ano que se iniciava. Constituir uma instituição no mercado de crédito na forma de cooperativa, com viés solidário e captar recursos do grupo para formar o capital da entidade, era uma ação necessária, que iria trazer mais segurança nas operações de financiamento das dívidas e concessões de empréstimos, com ofertas de taxas inferiores às cobradas pelo mercado bancário. Ultrapassada a sequência de fases de pesquisa, é fundado em outubro de 1999 a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores

Revista Comemorativa 20 anos

Sede Asfeb

Sede Asfeb

Fiscais do Estado da Bahia que foi batizada com o nome de Cooperfisco.

A participação da ASFEB nos eventos do seguimento a que era filiada se constituía em uma espécie de obrigação vinculante, a presença no 11° CONAFISCO e na III FEBRAFITE , marcaram as ações desenvolvidas e efetivadas no curso da gestão do biênio de 98/99.

A diretoria empossada para o biênio de 2000/2001 foi composta por:

BIÊNIO 2000/2001

Presidente: Elisabete Conceição Costa Oliveira
Vice-presidente: Milton de Carvalho Poggio
Secretario: Antonio Luis dos Santos Palma
Administrativo: Maria Teresa Garcia Sales
Financeiro: Luiz Gonzaga Alves de Souza
Jurídico: Antonio Ramos Rocha
Social: Vladimir Máximo Moreira
Esportes: Eliomar Conceição Bispo
Conselho Fiscal: Amires Raymundo Silvany
Maria Lucia Fernandes Barbosa
Sthepeson Santana de Cerqueira
Conselho Adm. Asfeb-Saude: Honorina Maria M. Cerqueira
Maria Zenilda B. de Almeida
Ruth Penalva Barreto

As diretrizes adotadas na gestão 2000/2001 enfatizavam ações de cunho organizativo e representativo, esse período foi marcado por muitas assembleias, participações em congressos e encontros. Outras frentes mereceram apoios decisivos da administração, com destaque para a defesa na campanha de carreira única para a ATE, mobilização da categoria para recorrer contra o ato do redutor salarial e outras ações envolvendo questões do mesmo gênero.

O plano Asfeb Saúde avançava a passos largos em busca de sua consolidação, sempre nas assembleias novos rumos eram decisivos para sua continuidade. A coparticipação foi um projeto inovador, cuja intenção era fazer com que o beneficiário contribuísse com uma parcela do valor em eventos inesperados, ao mesmo tempo inibindo a má utilização do plano.

No processo de unir a categoria em torno de um mesmo objetivo foi organizada uma série de seminários pela Asfeb se destacando dentre outros o intitulado "I Seminário: Em defesa do futuro dos Servidores Fiscais". O evento contou com profissionais reconhecidos no mercado nacional e de servidores do quadro de escalão superior da administração do serviço público, esse encontro se tornou um autêntico fórum de debates e busca de alternativas para o grupo.

Este foi um trabalho inovador e que gerou repercussão no seio da categoria no seu contexto de reflexão ao processo de mudanças, outro fato relevante foi à criação e aprovação do Fundo de Reserva e o Conselho Deliberativo.

JORNAL
ASFEB
ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES FISCAIS DO ESTADO DA BAHIA
Regras da co-participação em vigor desde 1º de janeiro
Distribuição pelos Correios

Jornal Asfeb nº 75

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES FISCAIS DO ESTADO DA BAHIA
ASFEB
25 ANOS DA ASFEB
Hoje é um dia muito especial para os fazendários baianos. Há exatos 25 anos, quando, ainda sob a ditadura, o Brasil começava a respirar os novos ares da anistia e da abertura política, a categoria começou a construir a entidade que se tornaria o maior patrimônio do Fisco Baiano: a ASFEB.
Desde o início, a crença na atuação fraterna foi a marca principal. Dela, nunca se afastaram associados, funcionários e diretores. Por isso, conseguimos muitas vitórias. Obstáculos existiram e existirão. Mas, foram e serão sempre superados porque o desejo de consolidar esta respeitada instituição, pautada na cooperação e compromisso social, é muito mais forte.
Portanto, dia 19 de novembro é data para celebrar e parabenizar os fiscais baianos pela conquista deste sonho.
Salvador, 19 de novembro de 2004.
A Diretoria.

Jornal a Tarde / 25 anos Asfeb

Composição da diretoria eleita para o mandato do biênio de 2002 até 2004.

BIÊNIO 2002/2004

Presidente: Luiz Gonzaga Alves de Souza
Vice-presidente: Valtércio Terpa Junior
Secretaria: Catarina da Sena Silva Fioravanti
Diretoria administrativa-financeira: Maria Augusta Oliveira
Diretoria Jurídica: Antônio Ramos Rocha
Dir. Social/Esportes/Cultura: Maria Zenilda B. de Almeida
Conselho Fiscal: Cleudes Cerqueira Freitas
Jandir Eustáquio Santana
Ubirajara Ribeiro Lima
Conselho Deliberativo: Amires Raymundo Silvany
Antônio Fernandes Reis de Almeida
Antônio Luis dos Santos Palma
Antônio Silva Rocha
Carlos Alberto Pereira Lima
Cleondina Lopes dos Santos
Domenico Fioravanti
Helcônio de Souza Almeida
Luiz Henrique Guimarães Brandão
Ruty Penalva Barreto
Sérgio Afonso Lima

Crescimento, inovação, continuidade...

A manutenção e ampliação das atividades nas áreas de atendimento social, financeiro, administrativo e de assistência à saúde eram realizados a cada nova gestão.

CONTEMPORANEIDADE

O ano de 2004 foi marcado por retrocessos no campo da política brasileira. As metas macroeconômicas foram colocadas como prioridades frente à justiça social. O Supremo Tribunal Federal – STF aprovou a taxação dos inativos do serviço público, contrariando a Carta Magna que garante os direitos dos aposentados. Esse tema foi uma das pautas da Assembleia Geral da Febrafite, com participação destacada da Asfeb, ocorrida em Salvador no mês de novembro, deste ano, onde foram discutidas a reforma tributária, lei orgânica nacional e a garantia do teto salarial único para todo o Estado.

Na área social, ganha destaque a inauguração do Centro de Convivência Dr. Pedro Mello, (nome que homenageia o médico Pedro Mello que prestou os seus serviços para Asfeb por muitos anos). O Centro foi inaugurado no dia 09 de setembro de 2004 na Avenida Paulo VI, Ed. SR Center, Sala 504. A intenção foi de oportunizar a população com faixa etária superior a 50 anos a realizar atividades como: oficinas de ginástica, dança, terapia ocupacional, psicoterapia em grupo e oficinas de informática, atualmente está desativado.

Inauguração do centro de Convivência Dr. Pedro Mello

A Asfeb sempre prezou pela cordialidade e a união entre seus associados. Prova do bom senso da categoria foi a comemoração dos 25 anos pós-eleições, o processo do pleito ocorreu no dia 03 de dezembro e a Chapa 1 denominada “Transparência e Trabalho” venceu o certame com 612 votos válidos de um total de 1.303 votantes. Tendo à frente o Senhor Cleudes Cerqueira Freitas, na qualidade de Diretor Presidente. A chapa vitoriosa iniciou seus trabalhos antes mesmo da posse marcada para o dia 06 de janeiro no ano subsequente.

A diretoria eleita para 2005/2007

Presidente: Cleudes Cerqueira de Freitas
Vice-presidente: Luís Henrique Guimarães Brandão
Secretaria Geral: Wadja de Souza Barbosa
Diretor administrativo- financeiro: Domênico Fioravanti
Diretor Jurídico: Jorge Luiz Santos Gonzaga
Diretoria Social/ Esportes/ Cultura: Eraldo Bispo Santana
Conselho Deliberativo: Amires Raymundo Silvany
Antônio Fernandes Reis de Almeida
Antônio Luis dos Santos Palma
Carlos Alberto Souza Pinheiro
Edson Lima Santos
Geovani Aguiar da Silva
Joaquim Amaral Filho
Juvêncio Ruy Cardoso Neves
Marcos Carneiro
Sérgio Pitangueiras Furquim de Almeida
Washington Wilson Vieira Bahia
Vladimir Máximo Moreira

Conselho Fiscal: Antonio Carlos Batista Neves
Honorina Maria Marques Teixeira
Jose Arnaldo Reis Cruz

Diretorias Regionais:
Norte: Jurema Costa Batista
Nordeste: Alex Guimarães de Araújo
Oeste: Manoel Felipe de Carvalho Neto
Sudeste: Renato Reis Diniz da Silva
Centro-oeste: Hugo Cesar de Oliveira Melo
Paraguassú: Joseilton da Silva
Sul: Maria de Jesus Santos Novaes

“Trabalho e Transparência”
No dia da posse, a diretoria eleita fez um chamado a todos os associados para trilhar o caminho do trabalho coletivo, pois, quanto maior o índice de participação, maior a possibilidade de corrigir falhas de maneira satisfatória dentro do esperado pela maioria dos membros. Um dos pontos altos dessa gestão foi colocar como prioridade a transparência nas movimentações financeiras da associação, que já vinha sendo alicerçado, informar o associado sobre cada decisão tomada, bem como otimizar o processo de prestação de contas com dados estatísticos, apresentados por meio de publicações, peça esta que se tornou chave para fazer um trabalho de sucesso.

O espírito coletivo disseminado na Asfeb se tornava predominante, nesse sentido a diretoria atual e a diretoria eleita se reuniram para troca de informações, possibilitando um melhor planejamento para a gestão que estava se iniciando. Nessa mesma linha de pensamento, o presidente Luiz Gonzaga convidou o presidente eleito para viajar até Brasília e participar da reunião do Conselho Deliberativo da Febrafite para conhecer as lideranças de outros estados bem como entender mais a fundo quais os desafios que outras entidades estavam passando naquele momento.

No esforço para aumentar o canal de diálogo entre a diretoria e os associados foram realizadas desde grandes até mínimas ações como; a criação de endereços de e-mail individuais para cada diretor e conselheiro, diminuindo assim o tempo de reposta, já que as questões poderiam ser direcionadas a pessoa responsável por cada setor. Ainda dentro da mesma proposta a diretoria executiva cria uma comissão especial para elaborar a reforma do Estatuto Social da Asfeb, não só para adequá-lo ao novo código civil, mas também com o objetivo de viabilizar através de um instrumento formal o acompanhamento da gestão pelo Conselho Deliberativo. Essa medida significa uma ampliação do processo democrático da tomada de decisões.

Cumprindo seu papel de entidade representativa, o Diretor Presidente e o Diretor Vice-Presidente fizeram uma visita aos novos auditores fiscais empossados que passavam por treinamento na Fundação Luis Eduardo Magalhães, com intuito de apresentar a Asfeb e o trabalho que a instituição desenvolvia para os recém-chegados. Uma visita ao Secretário da Fazenda da época, também foi marcante, onde os novos membros da diretoria foram apresentados.

Em relação ao Asfeb Saúde foi retomado o desconto em contracheque do valor da taxa associativa, da mensalidade e da coparticipação, desburocratizando um pouco mais o processo.

A diretoria trabalhou incisivamente para otimizar os procedimentos administrativo-financeiros. O foco foi no controle das contas a receber, evitando a inadimplência conforme os dispositivos previstos no regulamento do plano de saúde. Depois de duas reuniões colegiadas com a participação dos membros da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal, ficou decidido que seria criado o Fundo de Estabilização da Cota (FEC), com intuito de inibir oscilações dos valores da cota do plano de saúde, evitando impactar negativamente o orçamento dos associados.

Pensando em melhorar a comunicação internamente com seus associados, o jornal da Asfeb ganha novo projeto gráfico e editorial a partir de meados de 2005.

Foi fechada também uma parceria com a Cooperfisco, que já estendia suas fronteiras, então foi aberto no jornal um espaço para divulgação das suas informações, em contrapartida essa ação significou para a Asfeb uma redução de custos da produção do jornal.

Atenta ao prazo legal previsto no novo Código Civil brasileiro, que determina o ano de 2005 como data limite de adequação dos estatutos das entidades com as disposições da nova lei, em março o novo Estatuto Social da Asfeb foi aprovado, o que tornou a entidade mais sólida e transparente em relação as suas ações e gastos. Foram estabelecidas fontes de receitas claras, o FEC e instrumentos de transparência da gestão.

Jornal Asfeb nº 99/ Jornal Asfeb nº 98

Cooperfisco

No mês de novembro foi à vez de o novo regulamento do plano de saúde ser aprovado em assembleia geral com participação quantitativa e qualitativa dos associados que fizeram propostas e discutiram durante um período de cerca de oito horas de reunião, para garantir a sustentabilidade do plano de saúde em longo prazo.

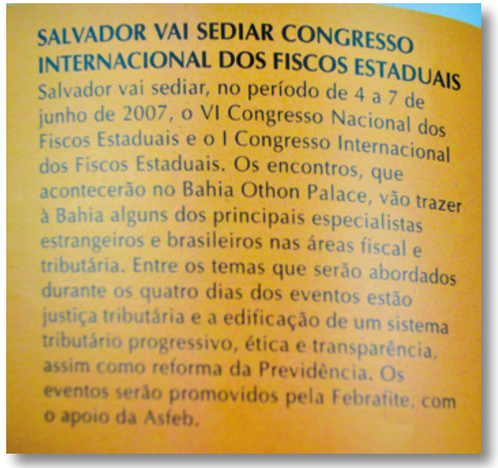
O ganho organizacional ficou evidente com o processo de prestação de contas do ano de 2005. Foi através de uma auditoria independente que foi validada as demonstrações contábeis e da aprovação do Conselho Fiscal, a prestação de contas demonstrou a legitimidade da gestão. A retomada de realização de depósitos no Fundo de Reserva da instituição, com o demonstrativo de resultado e fluxo de caixa, deu mostras de que a gestão estava trazendo outro modelo de administração, com predomínio da transparência e facilidade de acesso do associado às movimentações feitas pela Asfeb.

No início de 2007 foi inaugurada a nova Central de Atendimento da Asfeb. Com a reforma da recepção concluída, o novo espaço oferecia maior conforto e praticidade, pois, além da reforma do espaço físico, as demandas administrativas também foram realocadas com o objetivo de aperfeiçoar o atendimento e um maior número de serviços passou a ser resolvido na própria recepção.

Como o compromisso da gestão, algumas medidas são adotadas para organização interna das atividades da Asfeb, como a melhoria dos sistemas operacionais, financeiro e contábil, acompanhado do treinamento específico para os trabalhadores do setor, como também a instalação do sistema operacional de recursos humanos. Houve ainda, a entrega do novo site da instituição com design mais dinâmico, atualização cadastral da rede credenciada com o objetivo de lançar um Guia Médico da Asfeb com plena distribuição para os beneficiários.

Assim, a Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo passaram a trabalhar cada vez mais em sintonia para fortalecer a Asfeb. Isso foi traduzido com a inserção no estatuto, dos incisos no Artigo 24 que fala sobre as atribuições do Conselho Deliberativo e no Artigo 31 que define as atribuições da Diretoria, deixando aberta a possibilidade de convocação de reunião conjunta sempre que uma das instâncias acharem pertinente. O Conselho Fiscal devido as suas atribuições não participam do Pleno, se mantendo independente como é exigido pela própria função exercida.

Chamada de Pleno, essa é uma iniciativa que tem por função o compartilhamento da informação e tomada de decisões, o que na prática gera o fortalecimento da democracia e da transparência.



SALVADOR VAI SEDIAR CONGRESSO INTERNACIONAL DOS FISCOS ESTADUAIS

Salvador vai sediar, no período de 4 a 7 de junho de 2007, o VI Congresso Nacional dos Fiscos Estaduais e o I Congresso Internacional dos Fiscos Estaduais. Os encontros, que acontecerão no Bahia Othon Palace, vão trazer à Bahia alguns dos principais especialistas estrangeiros e brasileiros nas áreas fiscal e tributária. Entre os temas que serão abordados durante os quatro dias dos eventos estão justiça tributária e a edificação de um sistema tributário progressivo, ética e transparência, assim como reforma da Previdência. Os eventos serão promovidos pela Febrafite, com o apoio da Asfeb.

Vale registrar também que no ano de 2007, através da iniciativa do vereador Virgilio Pacheco (PPS) [in memoriam] que era Auditor Fiscal, o então prefeito da cidade de Salvador, João Henrique (PDT) assinou a Lei 7.251/2007, que reconhece a Asfeb como organização de utilidade pública municipal. Condição esta que já estava sinalizada no seu Estatuto Social e já havia sido reconhecida em 1981 como estadual.

DIRETORIA CORRIGE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVO-FINANCEIROS

Revista utilidade pública municipal

Sediar o VI FEBRAFITE e o I FEBRAFITE INTERNACIONAL também revigorou a atuação da associação.

No início da gestão a Asfeb acumulava um vasto patrimônio, este é um dos indicadores de desempenho do trabalho realizado pelas diretorias, que se dedicavam à saúde financeira e administrativa desse patrimônio coletivo. O reconhecimento veio através da reeleição da gestão para o próximo triênio 2008/2009/2010.

A solenidade de posse o correu no auditório do Bahia Othon Palace Hotel, no dia 4 de janeiro de 2008.

A diretoria eleita para 2008/2010

Presidente: Cleudes Cerqueira de Freitas
Vice-presidente: Wadja de Souza Barbosa
Diretor administrativo: Paulo Sérgio Neves da Rocha
Diretor financeiro: Domênico Fioravanti
Diretor Jurídico: Luís Henrique Brandão
Diretor de Aposentados: Rubens de Castilho Urpia
Diretoria Social e de Cultura: Honorina Maria M. Cerqueira
Diretor de Esportes e Turismo: José Jorge Vieira da Silva
Conselho Deliberativo: Alício Borges dos Santos
Catarina de Sena Silva Fioravanti
Elisabete Conceição Costa de Oliveira
Jorge Moreira Peixoto
Joaquim Amaral Filho
Luiz Gonzaga Alves de Souza
Marcos Antônio da Silva Carneiro
Osvaldo Jose Celino Ribeiro
Pedro Victor da Silva
Rubens Deusdedith Santiago Filho
Walmir Cruz

Conselho Fiscal: Amires Raimundo Silvany
Lucas Xavier Pessoa
Wilson Lopes da Silva
Diretorias Regionais:
Alagoinhas: Luiz César de Jesus Lins
Barreiras: Ivanete Medrado Faria
Feira de Santana: Sinvaldo Pereira de O. Junior
Ilhéus: Paulo Nascimento de Carvalho
Itabuna: Nélio Manuel do Santos
Jacobina: Jurema Costa Batista Rios
Jequié: Emilio Alves Filho
Juazeiro: Maria da Conceição Nascimento Vieira
Vitoria da Conquista: Hugo César de Oliveira Neto

A celebração dos 15 anos do plano Asfeb Saúde, funcionando na modalidade de autogestão; ele mesmo é fruto e ao mesmo tempo testemunha da força e da união do grupo fisco baiano.

A Valorização dos aposentados é uma das marcas da ASFEB, reflexo disso foi à criação de uma diretoria especifica para lidar com os interesses destes, além de um espaço próprio no site da Asfeb o "Espaço do Aposentado", onde se encontravam um conjunto de seções com notícias, artigos, colaborações literárias, artes plásticas direcionadas para esse público, contando ainda com um canal direto de diálogo com a diretoria da Asfeb.

Homenagem aos aposentados

A "Festa dos Aposentados", evento este de confraternização anual promove o reencontro e integração do grupo, se tornando uma das prioridades da gestão.

Ainda na área social, com o objetivo de promover à saúde e o lazer, ocorre a I Caminhada da Primavera, realizada no Parque de Pituaçu, em Salvador. A inscrição na caminhada foi feita com a doação de 1 kg de alimento não perecível, o montante foi doado à instituição Lar Maria Luiza que abriga idosos de baixa renda no bairro dos Mares, no município.

O ano de 2009 marca os 30 anos da entidade e pela primeira vez na história da Asfeb, antes da assembleia de prestação de contas foi distribuído aos associados um relatório anual com demonstrativos contábeis e uma série de indicadores de desempenho do Asfeb Saúde. Além de ser um instrumento fundamental para melhor compreender o desempenho da instituição, o relatório faz parte do comprometimento da gestão com a transparência nas movimentações do patrimônio da Asfeb.

Na área social o grande tema a ser discutido na época, era o destino dos clubes sociais da Asfeb, tanto na capital quanto nas cidades do interior. A diretoria realizou visitas para coletar materiais para discutir no Fórum dos Clubes, onde seriam tomadas decisões em conformidade com a realidade de cada localidade, para isso foram aplicados questionários e as respostas serviriam para apontar soluções factíveis.

As comemorações dos 30 anos foram dignas do trabalho que a entidade representa, na sede da Asfeb ocorreu à inauguração de um memorial com uma galeria especial dedicada aos presidentes que passaram pela instituição, fato este que aconteceu paralelo a uma celebração de um jantar dançante no Bahia Othon Palace Hotel, contando com a presença de associados e convidados que abrilhantaram a noite de festejo.

A segunda gestão foi finalizada com a implantação de módulos complementares dos sistemas integrados de gestão empresarial que tem a função de interligar a totalidade dos processos da organização em um sistema único de tecnologia da informação, gerando qualidade e confiabilidade dos dados e garantindo efetividade nos processos decisórios. Houve ainda uma assembleia geral no mês de agosto na Casa do Comércio onde aconteceu uma discussão sobre a doação feita pela Associação Atlética dos Fazendários - AAFA - do terreno onde está localizado o clube social de Ilhéus. **Ao final da gestão "Trabalho e Transparência", a Asfeb alcançava um novo patamar de aperfeiçoamento das suas funções.**

A diretoria eleita para 2011/2013

Presidente: Domenico Fioravanti
Vice-presidente: Sérgio Afonso Lima Silva
Diretor administrativo-financeiro: Cleudes Cerqueira de Freitas
Diretor Jurídico e de Aposentados: Alfredo Marcelino Pereira
Diretoria Social, de cultura e de turismo: Niwton de Barros Macedo
Diretor de Esportes: José Nascimento dos Anjos
Conselho Fiscal: Presidente: Antônio Pina Medrado
Afonso Cunha de Carvalho
Rui Alves de Amorim
Representantes locais: Alagoinhas: Antonio César da Silva Castro
Barreiras: Almir de Santana Assis
Ilhéus: Ricardo Jorge Fernandes Dias

Conselho Deliberativo: Presidente: Luis Henrique G. Brandão
Antônio Medeiros dos Santos
Jaime Raimundo Nascimento Filho
Joaquim Amaral Filho
Jorge Faustino Filho
Luiz Augusto Guimarães Carneiro
Marcos Antônio da Silva Carneiro
Mauricio José da Costa Ferreira
Paulo Sergio Neves da Costa
Walmir Cruz
Wilson Lopes da Silva

As mudanças aconteciam organicamente, atendendo as demandas em tempo hábil

Atento a articulação nacional e internacional, como é tradição, a Asfeb se faz presente na VIII edição Nacional e III Internacional do Congresso da Febrafite, realizado na capital paulista de 19 a 22 de junho de 2011. Na ocasião o presidente Domenico Fioravanti coordenou o importante painel "Previdência Social das Carreiras Típicas de Estado". Os Congressos da Febrafite são sempre espaços plurais de troca de experiências e fortalecimento institucional.

Após enquete realizada entre os colaboradores da Asfeb, a Diretoria promoveu uma palestra sobre 'Imagem pessoal e Relacionamento interpessoal' para aperfeiçoar o atendimento e melhorar o ambiente de trabalho internamente na instituição. As mudanças aconteciam organicamente, atendendo as demandas em tempo hábil.

Após um período de estudo foi implantado o plano de gestão de pessoas baseado em meritocracia. Apresentar aos colaboradores os critérios para progressão de carreira, também faz parte do projeto de transparência da diretoria da Asfeb, que além de tornar mais claro quais os pontos desejados para o plano de cargos e salários, estimula o crescimento profissional e contribui para melhorar o desempenho e a performance dos colaboradores maximizando os resultados da entidade.

No ano de 2012 houve a 17ª Lavagem da Asfeb com participação de mais de 1.300 pessoas que se divertiram ao som das bandas e com as tradicionais baianas que marcam presença todos os anos. A Diretoria ainda apoiou festas de confraternização em 25 cidades do interior.

A 8º Feijobaba realizada no final de setembro reuniu cerca de 300 pessoas. Na oportunidade foram entregues um campo de futebol Society com grama sintética, alambrados, uma quadra de vôlei e futevôlei. Por mais completa que seja a infraestrutura e o grau de união nos espaços sociais do grupo, as melhorias sempre aconteciam.

A gestão da época teve um saldo muito positivo em termos organizacionais, tanto internamente com a inauguração da clínica da Asfeb em 2013, que foi estruturada para atender especificamente aos associados do plano com foco na prevenção de doenças e promoção da saúde; como nas articulações externas que permitiu a ampliação dos convênios nacionais.

Em dezembro aconteceu o 15º Congresso Nacional e II Congresso Internacional de Gestão em Saúde da Unidas – União Nacional de Instituições de Autogestão em Saúde, num cenário aconchegante da Praia do Forte - Bahia. Com participação ativa da Asfeb por meio do seu Diretor Administrativo-Financeiro Cleudes Cerqueira de Freitas que também fazia parte da Direção da Unidas.

A consolidação do patrimônio da Asfeb contou com grande atuação da Diretoria Jurídica e dos Aposentados, que acompanhou os processos de redutor salarial, reformulação dos termos e parcerias da entidade, elaboração de contratos, colaborando para o fortalecimento da instituição que passou a ser vista como referência no seu segmento.

Garantir a continuidade de projetos a frente da Asfeb por mais três anos 2014/2015/2016, esse foi o propósito da gestão seguinte.

A diretoria eleita para 2014/2016

Presidente: Domenico Fioravanti
Vice-presidente: Cleudes Cerqueira de Freitas
Diretor administrativo-financeiro: Edgar Perrone Neto
Diretor Jurídico e de Aposentados: Alfredo Marcelino Pereira
Diretoria Social, de cultura e de turismo: Jorge Augusto da Silva Costa
Diretor de Esportes: Antônio Carlos Lins Gomes
Conselho Fiscal: Presidente: Paulo Sérgio Neves da Rocha
Manuel Perez Martinez
Sergio Afonso Lima Silva
Ouvidoria: Rosalvo Sant'Ana Souza Filho

Conselho Deliberativo: Presidente: Jaime Raimundo Nascimento Filho
Amires Raymundo Silvany
Antônio Carlos Batista Neves
Eraldo Bispo de Santana
Itamar Gondim de Souza
Laudelino Bispo Costa Filho
Luiz Augusto Guimarães Carneiro
Maria Consuelo Gomes Sacramento
Maria Nazaré Hora da Silva
Otacilio Bahiense de Brito Junior
Wilson Lopes da Silva

Convite de Inauguração da Clínica Asfeb Saúde

A Asfeb chega aos 35 anos com muita maturidade, logrando a cada passo um patamar de excelência em seus setores e serviços.

Ainda na área de comunicação foi efetivado também um serviço de *SMS-short message service* que serve para estreitar os laços da diretoria com os associados, gerando maior comodidade na troca de informações.

Na área social o campeonato de futebol sempre teve um grande destaque, tanto pelo alto índice de participação dos associados, que divididos por categorias sempre apresentam um belo espetáculo, fortalecendo ainda mais os laços de amizade entre o grupo fisco, quanto a preocupação dos atletas em olhar a sociedade de maneira a ajudar os mais necessitados. No ano de 2013 foram doados cerca de três mil quilos de alimentos para diversas instituições de caridade, mostrando que o esporte e a cidadania andam sempre de mãos dadas.

A criação da Ouvidoria da Asfeb acontece justamente no momento de aperfeiçoamento da instituição. A Ouvidoria é um instrumento de gestão fundamental que une as demandas individuais, encaminhando-as para a diretoria e cobrando desta uma solução eficaz para os problemas levantados pelos associados. Esse canal de comunicação é independente e intermedia um processo de transparência e democracia.

OUVIDORIA ASFEB®

A preocupação com o futuro da Asfeb motivou a diretoria a pensar em um planejamento estratégico que definiria as metas para o intervalo de tempo de cinco anos, 2015-2020. Nesse processo houve participação ativa dos Diretores, Conselheiros Deliberativos, Fiscais, com a colaboração dos associados Guilherme Teixeira Rocha, Jorge Antônio dos Santos e Marta Gaino, profissionais estes, que juntos possuem vasta experiência em planejamento estratégico, os colaboradores: Nércia Souza, Reinaldo Alves e Roque Braga também foram essenciais para definição das etapas necessárias a execução do planejamento, destacando a definição de diretrizes organizacionais e dos indicadores de monitoramento, mapeamento e ajustes dos processos e definição das áreas nas quais ainda não se atuava.

Foi criada pela Diretoria Executiva por meio da resolução interna nº 2/2014. O órgão goza de total autonomia hierárquica frente às outras instâncias e integra a estrutura formal da instituição tendo como atribuições o recebimento e registro de reclamações, informar sobre benefícios e direitos decorrentes, responder sobre os questionamentos formulados, esclarecer dúvidas relacionadas a associados e rede credenciada, informar sobre andamentos processuais e receber consultas e sugestões.

Em dezembro de 2015 foi entregue o projeto após um longo período de trabalho, com aplicações de instrumentos como a análise SWOT que permite identificar forças e fraquezas internas e ameaças externas a instituição, foi definida a Missão, Visão e Valores da Asfeb. Ao todo foram elaborados 12 projetos a serem executados no curso do período estipulado.

MISSÃO

Promover à integração social e as ações de assistência à saúde, para melhoria da qualidade de vida dos associados.

VISÃO

Ser referência em integração social e na promoção à saúde, com efetividade e sustentabilidade, para a família do fisco do Estado da Bahia.

VALORES

Ética, Respeito, Transparência, Comprometimento, Efetividade, Sustentabilidade.

No ano de 2015 se visualiza o resultado do trabalho da gestão pelo superávit obtido na entidade. Em meio a uma crise econômica de grandes proporções que afetou o mundo inteiro, a Asfeb pela maneira que conduziu suas finanças e os sistemas de controle interno não sofreu grandes impactos em suas operações. A soma dos recursos, fundo de reserva técnica e do fundo de estabilização de cota do plano de saúde chegou ao equivalente a cinco vezes a média mensal das despesas do Asfeb Saúde. Enquanto outras instituições sofriam as consequências da crise, a Asfeb conseguiu valorizar o seu patrimônio e solidificar as bases para a garantia da saúde financeira da entidade.

O ano de 2016 foi especial na área social, houve pela primeira vez um evento destinado as mães que foi realizado no clube do Jardim das Margaridas em Salvador.

A gestão referente ao triênio 2015/2017 contou com um projeto de valorização e comunicação com os associados do interior do estado. O Asfeb Itinerante passou pelas cidades de Jequié, Vitoria da Conquista, Itabuna, Ilhéus e Feira de Santana. Onde membros da Diretoria Executiva e Conselhos Deliberativo e Fiscal realizaram reuniões e foram ouvidas as necessidades dos associados de cada localidade bem como foram feitas prestações de contas, esclarecimentos sobre ações sociais, convênios, rede credenciada e ações judiciais. O Asfeb Saúde no ano 2016 obteve a avaliação máxima pela Agência Nacional de Saúde- ANS.

Certificamos que a operadora de planos de assistência á saúde com razão social Associação dos Servidores Fiscais do Estado da Bahia, CNPJ n° 14.799.035/0001-47, situada à rua: Dr. José Peroba 149 Edf Eldorado 1° andar/ SL 101-102 Stiep, Salvador BA, registro n° 335754 e classificada na modalidade Autogestão, possui autorização de funcionamento concedida em 13/01/2016.

Para o triênio 2017/2018/2019 foi eleita a nova chapa. Os diretores assumiram o compromisso de ampliar as condições de autossustentabilidade da Asfeb tendo o planejamento estratégico como um guia para a tomada de decisões. Outra proposta firmada pela governança eleita foi à realização quadrimestralmente de uma reunião de toda diretoria com os representantes locais, sendo essa ação, parte do fortalecimento da Asfeb no interior do estado e do processo de transparência com os associados.

Iniciado na gestão anterior, a reforma que teve como objetivo modernizar a estrutura da sede da Asfeb oferecendo um melhor ambiente de trabalho aos colaboradores resultando em maior conforto e eficiência no atendimento aos associados sendo essa ação uma das atividades previstas no planejamento estratégico. Como também a reforma na parte elétrica, na rede de informática e telefônica, no layout das salas, tudo isso para proporcionar maior segurança.

Pensar na auto sustentabilidade da Asfeb é pensar também no futuro dos clubes sociais. Em princípio deve se respeitar a realidade de cada local para então tomar as decisões adequadas. Um novo regulamento do clube social Asfeb foi aprovado pela Diretoria Executiva e encaminhado para apreciação do Conselho Deliberativo, um dos principais objetivos da proposta foi estabelecer condições legais para gestão dos clubes de maneira a possibilitar o uso por terceiros e associados que queiram realizar eventos privados nas dependências. Com isso, uma receita adicional pode fazer parte da rotina dos clubes ajudando no processo de autossustentabilidade, facilitando e democratizando o acesso. Outra modificação proposta é que o clube social (UNIDADE) passe a ser um só, com a sede em Salvador.

Em 2018 o projeto denominado “Otimização da Gestão” é criado pelo vice-presidente da Asfeb, Alfredo Marcelino Pereira, para gerenciar esses espaços e analisar alternativas de resolução dos problemas regionais das unidades.

A Asfeb, hoje, é gerida por uma diretoria que se dedica em dar continuidade nas demandas com um olhar democrático, transparente, eficaz e participativo, que o mundo moderno exige.

Os feitos narrados servem como salvaguarda da memória do grupo Fisco, que desde ano de 1979 tem se dedicado com ímpeto na edificação de um projeto inigualável de atenção a todos os envolvidos.

1993 NASCIMENTO DO

ASFEBSAÚDE®

Garantindo o bem-estar de sua família.

Celebração 25 anos

Em nosso país os trabalhadores não têm o retorno esperado pela sua contribuição em termos de serviços básicos de qualidade, recorrer a serviços privados de atendimento médico é uma alternativa que precisa ser encarada como uma questão de vida ou morte, literalmente.

Foi com esse entendimento que, ainda no ano de 1988, a diretoria demonstrando preocupação em garantir a saúde e bem estar dos associados, comunicou, que estava em contato com algumas empresas prestadoras de serviços na área de saúde, no intuito de firmar um convênio de assistência médica que fosse favorável.

A meta de implantar o sistema em janeiro de 1989 não se concretizou porque o processo era de natureza complexa em vista disso a ação se dissolve. No ano de 1990 é eleita a diretoria para gestão do mandato do biênio 1990/1991. Um dos compromissos firmados foi o de contratar um plano de assistência à saúde através de celebração de convênio junto às entidades de iniciativa privada.

A persecução ao objetivo segue ativa, em março de 1990 é fechado o convênio com um Plano de Saúde comercial. A decisão sobre a escolha foi definida em conjunto, entre membros da diretoria e uma comissão formada por um grupo de associados, os quais avaliaram as melhores opções de assistência para a categoria.

A parceria aprovada cobria a região da capital e cidades do interior, dentre os serviços que contemplava o pacote constava: Hospitalização em apartamento privativo; Convênio com os principais hospitais; clínica especializada; médicos credenciados; plano sem carência. Depois que a diretoria da AAFEB fez a divulgação do produto junto aos filiados com a especificação das vantagens oferecidas pelo plano de saúde em questão, foi firmado o contrato e subscrito pelas partes para viger a partir do dia 1º de julho de 1990.

Transcorrido um período de sucessivos reajustes no preço do plano de seguro à saúde, a entidade contratada começa a propor restrições ao universo de beneficiários do seguimento de aposentados na faixa da cobertura, nesse momento se instala o conflito na negociação para manutenção do sistema. Por não haver consenso para dirimir o impasse, a associação recorreu ao Judiciário.

Concomitante a essa discussão há uma retomada do projeto de criar um plano de saúde autogerido pelos próprios trabalhadores do fisco.

O projeto retorna à mesa de discussão e toma novos rumos para se tornar realidade. O alicerce básico para que um plano de saúde no país seja um produto no contexto real, passa no primeiro instante pelo fator da união. A fase inicial desse trabalho ocorreu via instalação de uma comissão formada por representantes da então AAFEB e de integrantes do sindicato da categoria, o Sindfisco. Para subsidiar e acompanhar o desenvolvimento do trabalho da comissão foi contratado uma assessoria técnica da Caixa de Assistência dos Servidores do Baneb, a Casseb que já administrava plano de saúde próprio no modelo de autogestão.

Posteriormente, ocorreram uma série de reuniões, debates e pesquisas para definir a modalidade do plano, o modelo de autogestão foi escolhido justamente por atender o objeto a que se destinava o plano de saúde, cujos pressupostos eram garantir assistência e o bem estar dos associados.

Assistência Médica

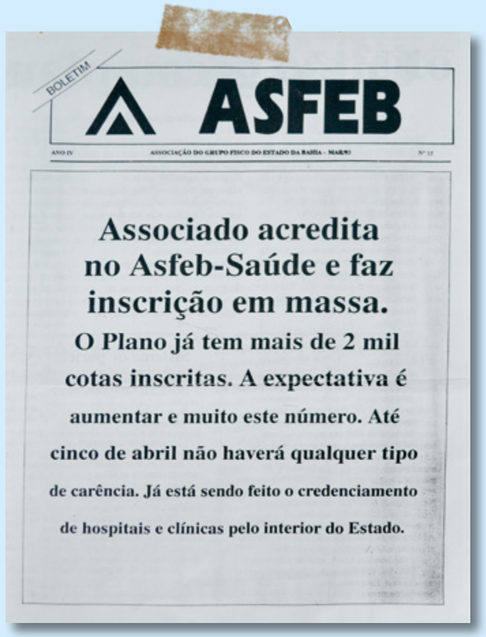
Visando oferecer a todos os associados e familiares uma assistência médica efetiva, a AAFEB assinou contrato com a Sul América Seguros para a implantação a partir de 1° de julho do corrente do Sistema SUL AMÉRICA SAÚDE, pioneira no ramo de Assistência Médica para Empresas no Brasil, com mais de 20 anos de experiência.

O Sul América Saúde dará a você e sua família, sem carência, mesmo para doenças pré-existentes, cobertura para Consultas, Exames Laboratoriais, Exames Complementares (Raio X, Eletrocardiograma, Eletroencefalograma, Ultrassonografia, Tomografia Computadorizada, Ressonância Magnética etc.), Fisioterapia, Honorários Médicos e Despesas Hospitalares de Internações Programadas ou de Emergência, não apenas na sua ampla rede credenciada em todo o País, mas também, através de um sistema rápido e eficiente de reembolso, onde você pode escolher o médico ou hospital de sua preferência, válido para qualquer um dos 9 (nove) tipos de planos.

Para maiores detalhes e adesão ao Sul América Saúde, dirija-se à sede da AAFEB, situada à Alameda das Algarobas, 74 — Caminho das Árvores — tel. 359-0159.

ATUALIZE SEU ENDEREÇO. ELE É DE SUMA IMPORTÂNCIA PARA QUE VOCÊ RECEBA TODOS OS NOSSOS INFORMES EM SUA CASA.

Boletim informativo n° 14



BOLETIM

ASFEB

ANO IV — ASSOCIAÇÃO DO GRUPO FISCO DO ESTADO DA BAHIA - MAIRO — Nº 15

Associado acredita no Asfeb-Saúde e faz inscrição em massa.

O Plano já tem mais de 2 mil cotas inscritas. A expectativa é aumentar e muito este número. Até cinco de abril não haverá qualquer tipo de carência. Já está sendo feito o credenciamento de hospitais e clínicas pelo interior do Estado.

Boletim informativo n° 15

Essa mudança de paradigma provoca alterações nos estatutos da AAFEB, que passa a aceitar a participação, em seu quadro social dos servidores ficais da categoria Agente de Tributos, passando a partir de então a não ser exclusiva do seguimento de Auditores Fiscais. Essa alteração na norma estatutária foi importante para consumar a criação do plano de saúde, este fato alavancou a adesão e com isso fez aumentar o número de associados e possíveis titulares do plano, além de gerar maior integração entre os trabalhadores do grupo fisco baiano fator fundamental para futuras conquistas da categoria.

O plano Asfeb Saúde tornou-se uma realidade material e foi posto em funcionamento no início do mês de janeiro do ano de 1993. A concretização desse projeto somente foi possível em face da dedicação, persistência e desempenho de um grupo, cuja vitoria deve ser creditada aos esforços da comissão organizadora e ao conjunto de associados que validaram a iniciativa. No primeiro mês houve um processo de adesão em massa, mostrando que o plano de saúde era um objeto de desejo de toda a categoria que apoiou sua construção de forma integral desde os primórdios da ideia.

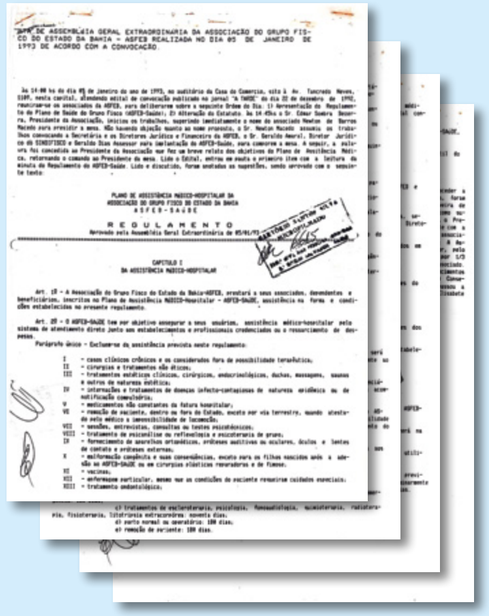
A repercussão foi tão positiva que em maio de 1993 o plano Asfeb Saúde já contabilizava em seus registros um número equivalente a quatro (4) mil cotas e mais de 1.200 associados inscritos. Esse crescimento exigia mudanças, assim, um novo local foi pesquisado para melhorar a qualidade de atendimento e dá comodidade os beneficiários. No dia 04 de junho do mesmo ano foi inaugurada a nova sede da Asfeb no bairro da Pituba, Rua Paraná, nº 41, sendo esse fato uma prova do crescimento e da credibilidade que a entidade ganhou com o passar do tempo.

O plano de saúde está ligado ao Comitê de Integração de Entidades Fechadas de Assistência a Saúde- CIEFAS.

No início de suas atividades o plano Asfeb Saúde passou por momentos de percalços, decorrentes da falta de experiência dos usuários e a dificuldade de se adaptarem a esse novo modelo de plano de saúde. O Asfeb Saúde é um produto financiado com recursos exclusivos da contribuição de seus associados, ou seja, é um sistema cooperativado sem fins lucrativos. O rateio das despesas ocorre nos moldes de um condomínio. Por isso, não deve ter uso excessivos e desnecessários dos serviços junto à rede credenciada, haja vista, que esse fato pode vir a provocar aumento no valor das quotas.

Estudos, levantamentos estatísticos, demonstrativos das mais diversas ordens foram realizados, tudo isso para subsidiar a introdução de mudanças necessárias e manter o bom funcionamento do plano. Com o passar do tempo os usuários entenderam a lógica de funcionamento do plano de saúde no modelo de autogestão e isso também, foi fundamental para ajudar a diretoria a manter o plano com a qualidade esperada.

Primeiro Regulamento Asfeb-Saúde, 1993



REGULAMENTO

No final do ano de 1993 o Serviço Social passou a integrar o plano Asfeb Saúde tendo por objetivo acompanhar os beneficiários. O papel do Serviço Social é muito importante para o atendimento humanitário e o bem estar físico, mental e social dos beneficiários e familiares. Proceder às visitas, acompanhar pacientes hospitalizados e dá apoio às famílias em caso de óbito se caracterizam em ações do Serviço Social para dar soluções de ordem burocráticas na vida dos beneficiários nos momentos de fragilidades.

O momento era promissor para expandir o plano Asfeb Saúde, de forma a se ampliar as adesões no nicho das diferentes faixas etárias dos associados. No ano de 1995 foram aprovadas mudanças no Estatuto Social e Regulamento do Asfeb Saúde, a fim de adequar as condições do plano de saúde às condições da categoria e a conjuntura de mudanças no sistema econômico do país. Há de se ressaltar, que nesse período havia o movimento de expansão da informática.

Os avanços tecnológicos se estendiam ao campo de medicina, que em contra partida acarretava agregação nos valores cobrados pela rede credenciada e no custeio do plano. Em face dessas circunstâncias era inadiável proceder à alteração no Estatuto Social da entidade, a fim de dar possibilidade aos associados patrimoniais, de incluir como beneficiários os irmãos, netos e sobrinhos, desde que estes últimos fossem menores de vinte e um anos de idade. Essa medida se mostrou de grande valia, por considerar que essa faixa etária representa um grupo de baixo índice de sinistro, ou seja, contribuem mais e gastam menos, fato que subsidia o equilíbrio das contas e manutenção do plano no longo prazo.

Asfeb-Saúde já atende em 10 estados

Os cerca de cinco mil usuários do plano de saúde da Asfeb já podem ser atendidos em mais dez estados do país, fruto de um convênio oficializado na Bahia durante o seminário que avaliou custos e qualidade e contou com a participação de representantes de entidades do fisco de outros estados. A idéia, que vinha sendo aplicada de maneira informal entre as entidades, agora está no papel e a tendência, segundo a diretora Elisabete Conceição, é em breve ampliar para todos os estados onde os fiscais de renda estejam organizados.

O documento, que ganhou o nome de "Convênio de Reciprocidade para Prestação de Serviços Médico-Hospitalares", foi definido entre as entidades no Rio de Janeiro, durante as comemorações dos 40 anos de fundação da Associação dos fiscais de

Reinaldo Dias (SP), Luiz Gonzaga, Creudo Borburema (RJ) e Luiz Linas (AL), num dos intervalos do Seminário, quando da celebração do convênio na Bahia

RELAÇÃO DOS CONVENIADOS

ASFAL - Associação do Fisco de Alagoas
Rua Comendador Firmo Lopes, 242 - Farol
Cep.: 57.050-300 - Maceió - AL
Tel.: (082)326-2028

AFFEAM - Associação dos Funcionário Fiscais do Estado do Amazonas
Rua Franco de Sá, 137 - São Francisco
Cep.: 69.079-210 - Manaus - AM
Tel.: (092)611-4380

AESAF-SAÚDE - Associação dos Fiscais de Tributos Estaduais do Mato Grosso
Rua Marechal Floriano Peixoto, 1.640 - Duque de Caxias
Cep.: 78.045-750 - Cuiabá - MT
Tel.: (065)624-3672

AFISVEC - Associação dos Fiscais de Tributos Est. do Rio Grande do Sul
Rua Uruguai, 155 - Conj. 1.403

Boletim Informativo nº 18

À medida que as mudanças eram realizadas, se tornavam visíveis às vantagens na avaliação do custo/benefício, comparada a outros planos de saúde de abrangência equivalente, esse fato se mostrou ainda mais verdadeiro, nos casos dos aposentados e idosos, por serem vistos como beneficiários onerosos pelos planos de mercado, que visam somente o lucro. No Asfeb Saúde, o valor pago por este segmento era equivalente à metade do valor cobrado no mercado para garantir uma cobertura mínima de satisfação às suas necessidades. Acolher os aposentados era umas das razões de ser do plano de saúde da associação.

Assembleia Geral Ordinária. Janeiro de 1994

II Congresso da Febrafite, 1996

Um plano de saúde no modelo de autogestão precisa ser pensando nos seus mínimos detalhes para garantir sua funcionalidade. O controle dos gastos tem que estar na ordem do dia, nesse sentido a contratação de médicos auditores para apreciação das contas de prestação de serviços junto à rede credenciada foi mais um passo acertado. O trabalho desses profissionais veio ajudar a combater possíveis fraudes e realizar um diagnóstico do perfil dos usuários, sendo fator de manutenção e aperfeiçoamento do plano de saúde.

Consolidada suas ações no Estado da Bahia e contando com um quantitativo de mais de cinco mil vidas e uma rede credenciada diversificada e de pronto atendimento nos principais centros do território baiano o desafio que se desenhava era expandir a rede de forma nacional através de celebração de convênios com entidades coirmãs, a fim de evitar a realização de reembolsos de valores efetuados fora do estado, por serviços de assistência médica.

Essa iniciativa de extensão de atendimento via outras entidades do segmento do fisco foi difundida e negociada pela diretoria da época, com as entidades coirmãs do fisco em São Paulo (Amafresp), em Minas Gerais (Affemg) e em Alagoas (Asfal).

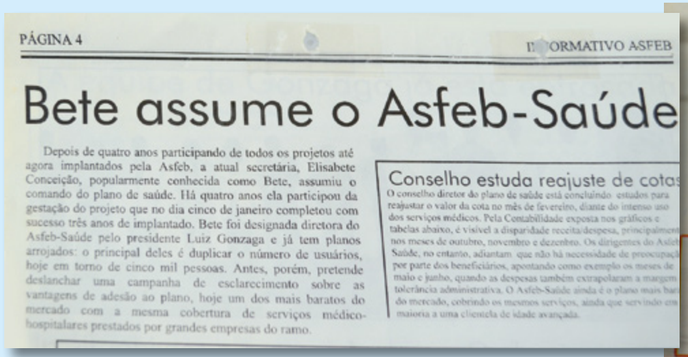
Nessa mesma gestão foi fechada uma parceria com o Iapseb, cujo processo tinha por objetivo ajudar no equilíbrio das contas do Plano de saúde. Em 1996 no II Congresso da FEBRAFITE, Elisabete Conceição foi à representante do plano e única palestrante mulher, na ocasião expôs sobre o Sistema de Saúde, valorizando a experiência adquirida na gestão do Asfeb Saúde.

O ano de 1997 começa com mais uma novidade. O Asfeb Saúde assina contrato com a empresa SOS VIDA para garantir aos beneficiários, assistência médica pré-hospitalar de emergência, com profissionais especializados e um serviço da mais alta qualidade. A vigência dos serviços se iniciou no mês de janeiro, com a oferta de serviço de atendimento especializado para as crianças, serviço de UTI Móvel e UTI Móvel Infantil.

Em julho do mesmo ano ocorre o lançamento do programa “Medicina Preventiva na 3ª idade” cujo intuito era de diminuir a quantidade de internamentos dos idosos e com isso promover o bem estar e saúde, reduzindo os custos do plano. Passando dessa forma a dar maior ênfase ao processo de prevenção de doenças.

No ano de 1998 o Asfeb Saúde completou cinco anos de existência, os custos desses serviços se posicionavam abaixo daqueles ofertados pela iniciativa privada. Outro dado de relevância e que caracterizava fator diferencial era a estabilidade no valor da quota que permanecia sem reajustes desde o mês de setembro de 1996. Há de se ressaltar, que essa condição só foi possível graças às iniciativas de prevenção e a prestação de atendimento móvel que reduziu grande parcela dos custos com internamentos.

Neste mesmo ano tramitou e foi aprovada no Congresso Nacional a Lei de Regulamentação dos Planos de Saúde no País. Na época o Estado brasileiro e o sistema econômico de boa parte dos países do primeiro mundo se encontravam envolvidos em situação de crise. Esse fato repercutia de forma sistemática no Brasil, por estar inserido no processo econômico da globalização, assim, o retrocesso no sistema econômico mundial afetou o país e a estrutura socioeconômica, demandando realizações de mudanças.



PÁGINA 4 — INFORMATIVO ASFEB

Bete assume o Asfeb-Saúde

Depois de quatro anos participando de todos os projetos até agora implantados pela Asfeb, a atual secretária, Elisabete Conceição, popularmente conhecida como Bete, assumiu o comando do plano de saúde. Há quatro anos ela participou da gestação do projeto que no dia cinco de janeiro completou com sucesso três anos de implantado. Bete foi designada diretora do Asfeb-Saúde pelo presidente Luiz Gonzaga e já tem planos arrojados: o principal deles é duplicar o número de usuários, hoje em torno de cinco mil pessoas. Antes, porém, pretende deslanchar uma campanha de esclarecimento sobre as vantagens de adesão ao plano, hoje um dos mais baratos do mercado com a mesma cobertura de serviços médico-hospitalares prestados por grandes empresas do ramo.

Conselho estuda reajuste de cotas

O conselho diretor do plano de saúde está concluindo estudos para reajustar o valor da cota no mês de fevereiro, diante do intenso uso dos serviços médicos. Pela Contabilidade exposta nos gráficos e tabelas abaixo, é visível a disparidade receita/despesa, principalmente nos meses de outubro, novembro e dezembro. Os dirigentes do Asfeb Saúde, no entanto, adiantam que não há necessidade de preocupação por parte dos beneficiários, apontando como exemplo os meses de maio e junho, quando as despesas também extrapolaram a margem de tolerância administrativa. O Asfeb-Saúde ainda é o plano mais barato do mercado, cobrindo os mesmos serviços, ainda que servindo em maioria a uma clientela de idade avançada.

Boletim informativo n° 26

Boletim informativo n° 29

O poder aquisitivo da população fica em baixa e passa a conviver com os salários congelados, ao mesmo tempo, se depara com custos dos serviços de assistência médico-hospitalares com valores elevados. Esse cenário fez com que a diretoria da ASFEB viesse a propor a realização de uma avaliação técnica profunda, a fim de adaptar o plano de saúde aos novos tempos.

Seguindo essa linha foram promovidos eventos como Congresso Nacional de Assistência a Saúde nas Empresas organizado pelo Comitê de Integração de Entidades Fechadas de Assistência a Saúde- CIEFAS em Salvador, ocorrido nos dias 26 e 28 de abril.

Nesse evento foi amplamente discutido o modelo de atuação dos planos de autogestão, com troca de conhecimentos e experiências de atores nacionais e internacionais, onde foi demonstrado que as gestões dos sistemas de saúde na modalidade de autogestão oferecem maior abrangência, melhores qualidade e menores custos em relação aos de iniciativas de mercado.

Os eventos se sucederam e no período de 14 até 15 de maio foi realizado o Seminário Custo e Qualidade do Asfeb Saúde, que contou com a participação de representantes das cidades do interior do Estado/BA. Na abertura dos trabalhos foi proferida uma palestra pelo Presidente do Comitê de Integração das Entidades Fechadas de Assistência à Saúde – CIEFAS, José Carlos Bittencourt de Andrade, cujo tema foi concentrado na importância dos servidores, em se organizar, para criar planos de saúde de autogestão.

Na sequência dos trabalhos desse seminário, houve posicionamentos de representantes das associações de fisco dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Alagoas, que relataram suas experiências e caminhos por eles percorridos para enfrentar os desafios na gestão que um plano de saúde que a autogestão requer. Na exposição do Diretor Presidente da ASFEB, Luiz Gonzaga, ele relata o momento vivido pelo sistema de saúde pública em seu Estado a realidade da assistência prestada pela Asfeb. O Presidente fala sobre o fim do IAPSEB e a criação de um fundo compulsório de assistência à saúde no âmbito estadual para os servidores.

No final dos trabalhos a Vice-Presidente e a Diretora do Plano Asfeb Saúde, Elisabete Conceição faz uma demonstração da evolução da assistência do plano em seus cinco anos. Ressalta que todos os pontos discutidos durante o seminário iriam passar por uma avaliação minuciosa do Conselho Diretor e depois seriam levados para apreciação em uma assembleia para fins de deliberação, se as medidas fossem aprovadas se colocaria em prática, considerando o exercício democrático da coletividade que sempre estiveram presentes no contexto do plano de saúde.

A entrada em vigor das novas regras de regulamentação dos planos de saúde passou a exigir novas obrigações aos planos em operação, assim, a Asfeb teve que providenciar a documentação para se cadastrar no ano de 1999, na Superintendência de Recursos Privados - SUSEP, a fim de poder operar o plano de saúde na modalidade de autogestão. O processo transcorreu mediante os requisitos da regulamentação, o texto da lei exigia a obrigatoriedade de inscrição no Ministério da Saúde.

José Carlos Bitencourt de Andrade
Presidente do comitê de Integração das entidades fechadas de assistência a saúde – CIEFAS

Cotas Asfeb Saúde

Seminário aponta novos rumos para o Asfeb-Saúde

Boletim informativo, nº 56

As ações foram realizadas para sanear as pendências, mostrando o empenho e compromisso da gestão em atender as demandas e agir dentro dos ditames da legalidade e da lisura que o sistema requer.

Medidas administrativas e operacionais foram efetuadas através do processo de reorganização interna do Asfeb Saúde, como a extinção de coordenações de Atendimento e Contas Médicas, passando a parte operacional do plano a ser administrada pela Gerência Técnica (GETEC) e criada uma Coordenação Médica, este setor ficou responsável pelo encaminhamento de todos os trabalhos técnicos da área medica e do serviço social.

Outro passo importante que deu uma amplitude de cobertura ao plano Asfeb Saúde, a nível nacional à época, foi à assinatura do Convênio de Reciprocidade para Prestação de Serviços Médicos – Hospitalares realizado na Cidade do Rio de Janeiro, por ocasião da comemoração dos 40 anos de fundação da Associação dos Fiscais de Renda – AFRERJ. Este acontecimento veio garantir a prestação de assistência médica a mais de cinco mil beneficiários da Asfeb no âmbito nacional abrangendo um total de dez estados.

Uma assembleia geral foi convocada para ajustar as novas regras advindas da Lei 9656/98, que entraria em vigor no ano de 1999. Com o advento dessa nova lei houve ampliação para adesão no grupo familiar que de pronto foi aprovada ficando a partir de então aptos a entrar no plano, familiares na condição de irmãos, cunhados, concunhados, sobrinhos, netos, noras, genros, ex-cônjuges e pais, independente da idade. Nesse novo alinhamento houve revisão para ampliar o número de quotas nas faixas de público de maior utilização do plano de saúde.

JORNAL ASFEB

Governo federal credencia Asfeb-Saúde

Em julho de 1999, a Superintendência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, editou uma norma que contrariava o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia, Autarquias e Fundações Públicas criadas pelo Poder Público Estadual enviando correspondências às entidades sindicais e associações informando a suspensão das consignações autorizadas para descontos no Contra Cheque dos valores referentes à assistência médica destinada ao plano de saúde.

A Asfeb foi tomada de surpresa com a notícia, porque a associação era a única que mantinha um plano próprio de assistência à saúde para um grupo de funcionários públicos. Para amenizar a repercussão de tal medida, a direção da ASFEB negociou com o Baneb a realização de débito em conta corrente no dia da liberação da folha de pagamento do servidor junto à instituição bancária. Para viabilizar esse processo foi necessário colher autorização dos beneficiários no sentido de regularizar o feito.

Em 23 de julho de 1999, o Supremo Tribunal Federal a ADIN, impetra ação direta de inconstitucionalidade, cancelando a obrigatoriedade do Estado da Bahia da cobrança compulsória do percentual de cinco (05) por cento sobre os vencimentos dos servidores para custear o PLANSERV. Essa decisão ocasionou um processo de adesão ao ASFEB Saúde da ordem de 600 novas vidas num lapso de tempo de três meses.

No biênio 2000/2002 percebeu-se a necessidade de reequilibrar o custeio do plano, constatou que os serviços menos utilizados deveriam ser cortados, assim como proceder a reajustes nas mensalidades e ajustar o sistema de quotas. O momento era de transição e carência de constantes ajustes nos dispositivos do regulamento do plano de saúde com a legislação vigente. Essas adequações foram aprovadas nas assembleias gerais realizadas ao longo do ano, quando houve a introdução do sistema de cobrança de coparticipação e de novas faixas etárias. Depois do processo de registro da peça em cartório as medidas foram colocadas em prática, a partir do mês de janeiro de 2001.

Com a implantação do sistema de coparticipação e os cortes realizados em alguns serviços que se mostrava sem utilização efetiva, a resposta no processo de custeio teve repercussão de efeito imediato, havendo a constatação de resultado positivo e respectivo equilíbrio nas contas da entidade. No inicio desse novo milênio havia diversos planos privados que passavam por dificuldades financeiras, o Asfeb Saúde com a adoção dessas medidas passou a disciplinar e conscientizar seus integrantes da necessidade de manter o uso racional de consultas e exames por parte dos usuários e dessa maneira poder dispor de uma rede credenciada sólida, diversificada, com credibilidade no mercado e arcando com seus compromissos sempre em dia.

Com o passar dos anos, a relação de custo/benefício se posiciona em estado mais vantajoso do que os planos de cobertura equivalente oferecem no mercado. Principalmente, levando-se em consideração a questão de cobertura para os idosos, nesse particular o segmento de mercado que atua na área da Saúde Suplementar concentrava a linha de oferta de seus produtos com vantagens apenas para as faixas etárias do público jovem e os de idades intermediárias da população.

No ano de 2004, a Agência Nacional de Saúde - ANS, criada pela Lei 9.656/98, estabelece diretrizes para a área de saúde suplementar sobre adoção de modelo de custeio no qual a parcela de contribuição paga pelos beneficiários, poderiam ser apuradas trimestralmente, e o valor apurado cobrado a partir do mês subsequente de forma que as mensalidades e as quotas pudessem acompanhar as variações e oscilações do mercado. Esta sistemática mostrou-se benéfica para as operadoras do sistema de autogestão, estudos foram realizados e a Asfeb adotou o modelo operacional no formato de Pós Pagamento, por entender ser o mais adequado para seu funcionamento enquanto entidade.

Os desafios para manter as oferta de serviços no sistema de saúde suplementar vivo se constitui numa tarefa árdua e de convívio diário com conflitos. Renovar o processo de gestão era necessário, traçar novas linhas de ações, modernizar e aperfeiçoar o projeto e rever as potencialidades, esse era o caminho a ser perseguido no Asfeb Saúde. Tomados por essa filosofia de trabalho toma posse no ano de 2005 uma nova diretoria.

Assim, a Diretoria negociou e fechou parceria com o Hospital Aeroporto que atuava nas áreas de Clinica geral e Pronto Atendimento, contando ainda com serviços de Emergência 24 horas. Foi uma ação que beneficiou o dia a dia dos filiados, trazendo maior comodidade para a população de beneficiários daquela região.

Fortalecer as finanças para dar sustentabilidade operacional ao plano de saúde era uma meta a ser atingida pelos gestores, mas era preciso discutir a questão e também contar com o apoio dos Membros do Conselho Deliberativo e Fiscal da entidade. O assunto foi debatido em duas reuniões plenárias e conjuntas do Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal, estes órgãos apoiaram a iniciativa da Diretoria Executiva e decidiram aprovar as medidas para se constituir um Fundo de Estabilização de Cotas, o "FEC".

É através da Resolução Conjunta Nº 01/1995, foi criado o Fundo de Estabilização da Cota (FEC), tendo por finalidade garantir a estabilização do valor das quotas, em períodos de médio e longo prazo, facilitando assim o planejamento possibilitando o gerenciamento das obrigações assumidas pelos associados, quando da ocorrência de despesas adicionais. Outras normas foram editadas como a Resolução nº 05/2005, onde novos valores para a taxa de inscrição de associados e dependentes foram instituídas, o objetivo foi de atrair novos associados e ampliar o acesso ao plano de saúde, por sua vez, a Resolução nº 06/2005, veio estabelecer critérios facilitadores para o parcelamento de débitos dos valores em atraso provenientes das quotas e/ou coparticipação.

CONGRESSO DA UNIDAS

Asfeb Saúde está entre os melhores planos do Brasil

O Asfeb Saúde está entre os 4% dos planos privados de saúde brasileiros com índice de desempenho (IDSS) considerado excelente pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar. A performance do plano foi identificada pelo Programa de Qualificação da Saúde Suplementar, que vem sendo implementado pela ANS desde 2004, com a finalidade de tornar público os graus de qualidade oferecidos pelas operadoras de planos privados de saúde. Com isso, a ANS informa aos beneficiários e aos consumidores em geral, potenciais contratantes de planos individual ou coletivo, sobre as melhores opções disponíveis para sua escolha. Durante o 14º Congresso da Unidas, nos dias 21 a 22 de novembro, em São Paulo, presidente

Domenico recebe placa das mãos da vice-presidente da Unidas, Maria Beatriz Coacci

qualidade de vida com foco na promoção da saúde. A avaliação foi obtida através do IDSS, sendo que o Asfeb Saúde integra a modalidade de autogestão, dentre aqueles compostos de 1 a 19.999 beneficiários. Os beneficiários interessados em obter

desafio é a sustentabilidade. "Temos que alinhar a incorporação tecnológica, a ampliação do mercado, a cultura no tratamento de doenças e a promoção da saúde para que possamos criar um sistema previsível e transparente", enfatizou Ceschin.

Sobre os rumos do setor, Cleudes Cerqueira de Freitas observou, no transcorrer de sua explanação sobre os impactos da regulação nas pequenas e médias operadoras, que existem desafios impostos pela Resolução Normativa 274, da ANS. "A inclusão de beneficiários até o quarto grau de parentesco e a abertura dos planos de autogestão para outras categorias afins com garantia de co-gestão, por exemplo, são temas que

Arquivo Interno Asfeb

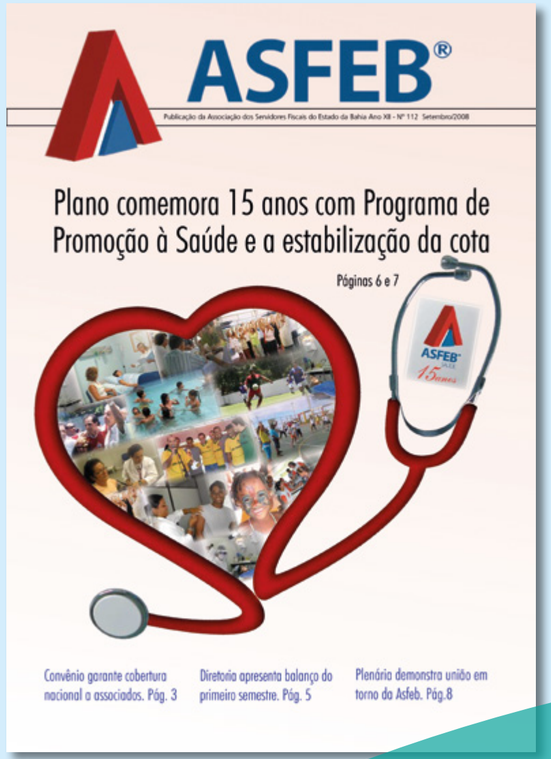
A questão da saúde sempre apresenta viés de muitas discussões, o Asfeb Saúde busca evoluir com a celebração de parcerias via Convênio de Reciprocidade com a Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda - ASSEFAZ. Esta parceria abriu espaços para os associados da Asfeb terem cobertura no Distrito Federal, para atendimento de Urgência e/ou Emergência nos prestadores da rede credenciada da entidade coirmã com igual tratamento no Estado da Bahia.

Com visão estratégica e foco em modernizar e organizar a área administrativa e operacional do plano de saúde, fortalecer o sistema de controle de custeio e de reservas do plano, tornou-se uma necessidade inadiável. Com base nessas vertentes foi convocada uma assembleia geral a realizar-se no mês de novembro de 2006, o objetivo era de apreciar e deliberar mudanças no texto do Regulamento do Asfeb Saúde e das novas regras aprovadas e consignadas no Estatuto Social da entidade, mas que, ainda, não faziam parte do regulamento.

Parte do pedido de alterações foi à criação do Fundo de Estabilização de Cotas dentre outras, as matérias propostas foram aprovadas, ficando a efetivação da cobrança prevista para ser implantada, a partir do mês de janeiro do ano de 2007.

No início do ano de 2007 a preocupação do grupo gestor era de desenvolver o processo de organização da casa, delegando essa função para o Diretor Administrativo e Financeiro. À frente dessa missão o Diretor inaugura à instalação de uma nova Central de Atendimento na recepção da Asfeb.
Nessa mesma atmosfera foram realizadas reformas nas instalações, ampliação na área de atendimento, reestruturação na parte da recepção, alterações no designer dos espaços e renovação na decoração, tudo de forma a oferecer melhor conforto e facilitar as demandas na área de atendimento.

Nesse mesmo lapso de tempo foi criada a gerência médica com o objetivo de proceder ao acompanhamento de pacientes de alto custo, garantir o controle de custeio no plano via negociações de preços e também avaliar a construção de novos pacotes de procedimentos cirúrgicos e diagnósticos na prestação de assistência aos beneficiários.



Revista Comemorativa.
15 anos do Plano Asfeb-Saúde

A qualidade dos serviços assistenciais oferecidos pelo Asfeb Saúde foi objeto de premiação da gerente médica da Asfeb, Dra. Célia Brito, a qual foi homenageada e recebeu o VIII Prêmio Brasil de Medicina, um dos mais importantes prêmios do segmento profissional da classe médica no Brasil. As avaliações de desempenho não ensejavam dúvidas sobre a capacidade do plano de saúde em oferecer as melhores condições aos associados com preços abaixo daqueles ofertados pelo mercado privado de planos de saúde.

No ano de 2008 o plano de saúde da Asfeb completava 15 anos de existência. Essa marca foi alcançada graças ao trabalho perseverante dos associados, processo de seriedade dos gestores, prestação de assistência à saúde de qualidade, rede credenciada ampla e distribuída por todo o Estado da Bahia e atendimento via sistema de reciprocidade em mais de onze estados brasileiros. Alicerçado nos princípios da publicidade, legalidade, moralidade, impessoalidade e da universalidade dos registros, além de prezar pelo processo democrático nas decisões, constituíram fatores de relevância na luta pela continuidade e fortalecimento da instituição.

Através desse tipo de iniciativa foi criado o projeto para instituir o programa de prevenção com alicerce em três linhas de ações: Prevenção de doenças, prevenção de riscos e ações de promoção à saúde. Com esse propósito a Asfeb assinou convênio com a SOS Vida para garantir a seus associados cadastrados nos programas de prevenção de doenças e promoção a saúde uma assistência médica 24 de horas, acompanhado através do serviço de Cal Center da empresa, que dava as orientações e atendimentos em caso de urgência e emergência.

A diretoria tinha outras metas e para tanto se empenhava em ações voltadas na área de educação continuada e mudanças de hábitos, isto dentro da visão de busca de uma vida mais saudável indicando a melhor maneira de evitar doenças e promover a saúde. Ainda no ano de 2008 foi instituída a distribuição do guia médico, este se mostrou uma ferramenta essencial para o beneficiário, porque se disponibilizava na publicação a lista dos prestadores de serviços, contatos atualizados, especialidades de clinicas, laboratórios e hospitais, endereços e contatos de médicos, facilitando a vida dos usuários e garantindo maior eficiência no uso do plano.

A atuação da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS no processo de controle e prevenção do mercado de saúde evolui ao ponto de criar o Programa de Qualificação das Operadoras de Planos de Saúde, um mecanismo desenvolvido para avaliar a qualidade dos convênios oferecidos no mercado através da implantação de um modelo, onde é apurado o Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS), cujos cálculos eram previamente definidos, a partir de indicadores estabelecidos pela própria ANS. O grau definido no Barema do IDSS possui uma variação de zero a um (0 até 1) sendo 0 a pior nota e 1 a melhor, com os enquadramentos dos itens subdivididos em quatro categorias: Atenção à Saúde; Econômico e Financeira; Estrutura e Operação e Satisfação do Beneficiário. No ano de 2008, seguindo os quatro parâmetros que compõem o IDSS, o Asfeb Saúde teve nota máxima em três: Estrutura e Operação; Econômico e Financeiro e Satisfação do Beneficiário. Só não alcançou nota máxima na dimensão Atenção a Saúde, mesmo assim obteve a terceira melhor nota.

Mantendo o trabalho de avaliar no cotidiano as vicissitudes do mercado, a Asfeb Saúde evolui e mantém em funcionamento diversos programas voltados aos aspectos de fornecimento e aplicação em domicilio de medicação venosa; fornecimento domiciliar de medicação para tratamento de câncer e Hepatite C; atendimento de equipe multidisciplinar; oferta de procedimentos para exames em domicilio de pacientes acamados com idade a partir de 60 anos; centro de convivência para a 3ª idade; UTI Aérea; reciprocidade para cobertura nacional e serviços de *home care.*

A divulgação desse índice foi importante por caracterizar um diagnóstico do plano de saúde e servir para envidar esforços nas áreas mais carentes de forma a alcançar um nível de qualidade reconhecido no mercado.

O processo de gestão de saúde no estado brasileiro requer constantes avaliações, no ano de 2009 o Asfeb Saúde passou a adotar um conjunto de medidas para alcançar a plena satisfação no quesito de Prevenção de Doenças e Promoção da Saúde. Mapear os programas dirigidos para grupos tidos como de riscos iminentes, efetuar o acompanhamento do grupo de beneficiários da terceira idade, sem perder a manutenção da qualidade e demais aspectos do plano. O IDSS do ano de 2009 se manteve no mesmo patamar obtido como resultado do ano anterior, mas foi perceptível o indicador de melhora nas ações do plano.

No ano de 2010 foi promovido um conjunto de iniciativas dirigidas para prevenção baseada em orientações relativas ao auto cuidado e monitoramento clínico de beneficiários com idade de 60 anos em diante, a iniciativa não fazia separação a portadores ou não de fatores de riscos ou patologia crônica, Programa Asfeb Sênior.

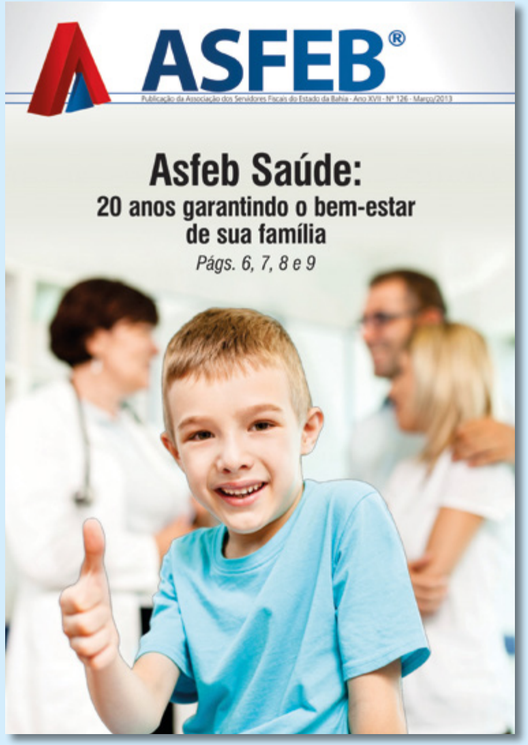
No ano de 2011 durante o período administrativo, a gestão trabalhou para reestruturar a equipe técnica do Asfeb, negociou a implantação do Sistema Integrado de Gestão Médica Assistencial (SIGMA), projeto esse desenvolvido em conjunto com a empresa Vital Med, tendo no núcleo de seu foco o sistema de atendimento humanizado para os casos de urgência e emergência, com acolhimento e eficácia na solução de casos de baixa complexidade.

Outro trabalho que chamou a atenção dos beneficiários foi à adoção do Programa Peso Certo, que tinha por objetivo combater a obesidade mórbida, nessa mesma linha a Estação Saúde foi mais uma iniciativa com a missão de identificar o perfil epidemiológico dos beneficiários do plano de saúde, a fim de intervir diretamente nas patologias prevalentes, identificar candidatos aos programas preventivos e de doenças crônicas, além da elaboração de cronograma individualizado de palestras e intervenções preventivas.

Novos desafios permaneciam, a Diretoria Executiva da ASFEB se dedicava em avançar os trabalhos e buscar oportunidade no mercado para ampliar o atendimento e aprimorar a execução dos programas na área de saúde. Com essa diretriz foi convocada uma Assembléia Geral Extraordinária no ano de 2012, para analisar e deliberar a aquisição de uma sala localizada no nono andar do prédio sede da entidade para ser instalado o espaço da clínica da Asfeb. A matéria foi exaustivamente discutida e ao final foi aprovada por ampla maioria dos votos dos associados presentes na plenária.

O projeto de adaptação do espaço com área total de 200 m² foi também aprovado pela governança. Por sua vez, os trabalhos de reforma no ambiente foram executados no curso do ano de 2013 com as instalações prontas e inauguradas no mês de dezembro do mesmo ano.

Dessa forma o plano de saúde deixa de ter o foco apenas na doença que venha a se instalar no paciente, mas, na totalidade dos aspectos que influenciam no sistema de sua saúde.


ASFEB®

Publicação da Associação dos Servidores Fiscais do Estado da Bahia - Ano XVII - Nº 126 - Março/2013

Asfeb Saúde:
20 anos garantindo o bem-estar de sua família

Págs. 6, 7, 8 e 9

Revista Asfeb - Homenagem 20 anos Plano de Saúde

ASFEB | SAÚDE

Clínica é inaugurada com ênfase na qualidade de vida e sustentabilidade

O sonho é antigo. Acalentado por todos. Ter uma clínica médica própria que permita ampliar de forma substancial algo que é a marca do Asfeb Saúde: o atendimento humanizado prestado aos beneficiários. Agora, o sonho se tornou realidade. A Clínica do Asfeb Saúde foi inaugurada em dezembro, em solenidade com a presença de diretores, conselheiros, associados e colaboradores da instituição.

O plano de saúde do fisco estadual já conta com um espaço mais amplo para os atendimentos multidisciplinares dos seus beneficiários, ganhando um importante reforço aos programas de prevenção de doenças e promoção à saúde, bastante intensificados ao longo dos últimos anos. Para o presidente da Asfeb, Domenico Fioravanti, a inauguração da clínica "é um

O evento de inauguração contou com a presença de diretores, conselheiros e associados

médicas. Em breve, será anunciado um plano gestor que contemplará a ampliação das ações de promoção à saúde e prevenção

R$ 600 mil. O conforto e a funcionalidade foram priorizados, sem ter tornado o espaço suntuoso.

Inauguração da Clinica Asfeb-Saúde

Na solenidade de inauguração teve a presença de diretores, conselheiros, associados e colaboradores da instituição, o ambiente foi estruturado com seis consultórios, Call Center, sala de recepção, sala multiuso, copa, três sanitários sociais, almoxarifado e sala de apoio.

A clínica da Asfeb possui em seu quadro, profissionais especialistas na área médica do segmento clínico, pediatra, geriatra, endocrinologista, nutricionista, psicóloga e enfermeira.

Este avanço assistencial que passou a ser oferecido na Clínica Asfeb manteve o reconhecimento dos serviços prestados e a qualidade assistencial do plano de saúde, fatores estes que foram decisivos na continuidade da certificação do plano com a nota máxima de avaliação nos indicadores do IDSS. À relevância dos investimentos realizados na promoção de campanhas de prevenção de doenças e promoção à saúde, processo de gestão democrático voltado para o atendimento humanizado, instituir campanhas de alertas do "Outubro Rosa", Caminhada da Primavera, lançamento do programa Asfeb para que possa atuar no apoio de grupo de pacientes de patologia ontológica foi essencial nessas conquistas.

O modelo construído para dar funcionalidade operacional a Clínica da Asfeb, tem por base oferecer um atendimento de qualidade, acolhimento humanizado, consulta com hora marcada, caráter preventivo e unidade de tempo referenciado pela classe médica como suficiente e necessário para o profissional interagir com o beneficiário durante o curso da consulta, tudo a fim de mapear o estado de saúde da pessoa atendida.

Outra diferenciação no sistema é que o paciente ao sair da sala do consultório médico com as indicações de exames a realizar, pode resolver tudo na recepção da clínica, pois os funcionários estão aptos para proceder ao agendamento na unidade referenciada ou na rede credenciada preferida do beneficiário.

Ainda, no período de 2013, houve o marco dos 20 anos de pleno funcionamento do Asfeb Saúde. Esta é marca que retrata o trabalho de dedicação e persistência dos gestores que estiveram ao longo de duas décadas no comando da entidade.

Durante esse período, crises foram superadas e avanços construídos através do olhar para o amanhã. Acompanhar o sistema de mudanças do mundo digital, criar mecanismo de melhoria no guia médico via aplicativo nos smartphone, tornar mais fácil o acesso dos beneficiários às informações sobre a rede credenciada, foram medidas inovadoras dentre outras ações.

No dia 28 de abril de 2014, a Asfeb foi homenageada durante sessão realizada no 5º Seminário da Unidas, ocorrido em Brasília/DF. A homenagem efetuada teve por base o alcance da nota máxima no Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS), ano base 2012. O Asfeb Saúde foi o único plano baiano a obter a certificação máxima nessa avaliação feita pela ANS.

Todo esse esforço mereceu reconhecimento, e durante o 17º Congresso da UNIDAS em 2015, a Asfeb recebeu uma placa por se manter entre os melhores planos de saúde do país.

O trabalho para manter o desempenho de qualidade e continuar sendo integrante do seleto grupo de operadoras de primeira linha foi reconhecido por mais uma premiação de nota elevada ocorrida durante a realização do 17º Congresso da UNIDAS do ano de 2015, ocasião em que a Asfeb recebeu uma placa de certificação por se manter entre os melhores planos de saúde avaliados no país.

Para se adequar as mudanças expedidas das normas complementares da ANS à realidade do mercado e ajustar situações envolvendo grupo familiar dos beneficiários é que foram realizadas alterações no regulamento do Asfeb Saúde em abril de 2015. As alterações realizadas no texto do Estatuto Social e Regulamento do plano de saúde veio dar maior amplitude ao processo de inclusão na cadeia de beneficiário do Asfeb Saúde que antes era restrito ao 3º e com a alteração foi ampliada para o 4º grau de parentesco consanguíneo e 2º por afinidade do cônjuge ou companheiro do associado patrimonial. Nesse trabalho foram revisados alguns dispositivos do regulamento que poderiam causar interpretações dúbias dentre outros.

A preocupação com assistência preventiva se manteve como fator fundamental da gestão, dessa forma um novo projeto surge, o programa Asfeb + 50, voltado para atender os beneficiários com idade entre 50 até 59 anos. O objetivo é de sensibilizar e prevenir o estado de saúde nessa faixa etária, que fica no entremeio da chegada da terceira idade, alertar sobre o auto cuidado e prepará-lo para um envelhecimento saudável, o programa promove a realização de diagnóstico precoce de doenças crônicas com a ideia de gerenciar o perfil de saúde dessa população. A implantação desse programa aliado ao Asfeb Sênior é o reflexo do quanto o idoso é visto com cuidado pelos gestores do plano, que busca atender da melhor maneira todas as suas faixas etárias, sem restringir suas demandas individuais e coletivas.

Vale destacar que durante todo esse processo de inovação e mudanças de paradigmas no ambiente de gestão da entidade, o sistema de comunicação sempre foi um veículo de aproximação e de circulação de noticias das principais ações executadas pela governança da Asfeb.

É através dos Boletins Informativos que veiculam dicas sobre prevenção de doenças, calendários de eventos, convite para participar dos programas de assistência à saúde, demonstrativos contábeis, divulgação de campanhas de vacinação, caminhadas, incentivo a práticas de esporte, dicas de alimentação saudável e também serve como um espaço de opinião dos usuários que dão seu retorno sobre o plano de saúde da categoria. Outro mecanismo de diálogo e informação é o site oficial da entidade.

Nele encontra-se uma janela restrita ao uso do beneficiário do Asfeb Saúde, onde o associado pode acessar informações de prestadores médicos e tirar dúvidas frequentes através de um canal de diálogo de atendimento ao cidadão.

Manter um plano de saúde com padrão elevado de qualidade e satisfação plena dos usuários no mundo de hoje é uma tarefa de difícil alcance. A assistência à saúde no Brasil sempre demandou altos custos, a inflação da saúde está sempre em patamar muito acima da inflação oficial ao longo das décadas, situação essa que provoca constantes reajustes nas mensalidades dos planos gerando conflitos, insatisfação e ajustes de negociações no curso dos anos, a fim de se manter o funcionamento satisfatório do plano de saúde.

ASFEB SAÚDE®
Garantindo o bem-estar de sua família.

Por todas essas dificuldades conjunturais e estruturais, hoje, a existência do Asfeb Saúde e sua sustentação no grupo dos melhores planos de saúde do país é motivo de orgulho da categoria do fisco baiano.

Eventos

Na área social, o calendário de eventos da Asfeb, que vai de janeiro a dezembro encanta. As atividades tradicionalmente são aguardadas por quem já conhece o histórico da instituição, que faz da expectativa dos participantes tempero para construir sempre o melhor.

Nos bastidores: avaliação de orçamento, telefone tocando, escolha das atrações, definição dos brindes, uma construção de várias mãos, com intuito de atender quem acompanha os eventos e sabe que existe toda uma equipe que faz valer a pena escutar que *"um ano é melhor que outro".*

Asfeb Folia, festa das Mães, festa dos Aposentados, Forró Asfeb, Caminhada Saúde Primavera, Festa das Crianças são uma parte dos eventos que fazem dessa grande casa um espaço para celebrar a alegria de viver. Onde nenhum motivo para comemorar é visto como pequeno ou menor. E as portas estão abertas para quem quiser viver isso de perto.

O esporte é um dos exemplos mais vivos, quando o assunto se trata de medidas preventivas que além de exercitarem a parte física e mental, criam laços de amizade e companheirismo marcando fortemente a história de quem passa pelos clubes da associação.

Asfeb Folia 2019

Torneio Inicio 2019

Dia das Mães 2019

Forró Asfeb 2019

Festa da Primavera em Ilhéus 2019

Caminhada Saúde Primavera 2019

Festa dos Colaboradores 2018

Festa das Crianças 2019

Festa dos Aposentados 2018

Arquivo Asfeb

Colaboradores

Um café quentinho acompanhado de um abraço, um sorriso no corredor, as conversas no horário do almoço, só fazem reafirmar a sintonia do grupo que vai além da diretoria e alcança os colaboradores, transformando o "peso" da responsabilidade de estar no ambiente de trabalho num espaço de acolhimento e trocas afetivas.

A distribuição de cargos durante a história da Asfeb acompanha sua ética em garantir a qualidade de vida de todos envolvidos interna e externamente, crescendo paulatinamente, de acordo com as demandas do grupo. Esmiuçar cada personalidade dos colaboradores que compõe a associação daria outro livro de memórias, porém esse trecho simboliza um fragmento da relação verdadeira que se resguarda nas entrelinhas de um grupo firme e acolhedor.

Imagens: Arquivo Asfeb

Agradecimentos

Luiz Carlos Tibúrcio Martins, Pedro Victor da Silva, José Nascimento dos Anjos, José Rômulo Fraga Barreto, Luiz Otavio Lopes, Ezilberto de Brito Moitinho, José Augusto dos Santos, Henrique Araponga Doria, Jose Hilton de Souza Cruz, Edmar Sombra Bezerra, Luiz Gonzaga Alves de Souza, Elisabete Conceição Costa Oliveira, Rozendo Ferreira Neto, José Rubens de Oliveira Souza, José Antônio Correia de Souza, José Almir Gomes Amorim, Joaquim Amaral Filho Cordeiro, Juracy Braga Soares Júnior, Anderson Mendes, Marcos Antônio da Silva Cordeiro, João Batista Aslan Ribeiro, Petrônio Alberto da Fonseca, Almir de Santana Assis, Antônio Carlos Santos Aguiar, Dulcilene Souza Cruz, Lucas Xavier Pessoa, Magno da Silva Cruz, Moisés Araujo Andrade, Sinvaldo Pereira de Oliveira Junior, Antônio Bernardo Queiroz.

Em especial ao Sr. Alfredo Marcelino Pereira.

Referências Bibliográficas

A dança dos Tangarás. *Um breve Comentário da História do Fisco Paraense.* Fábio Pimenta de Pádua, 2001.

Memórias do Fisco Candango. Joaquim Reginaldo Dias da Mata, 2003.

História dos Tributos no Brasil. Fernando José Amed/ Plínio José Labriola de Campos Negreiro, SINAFRESP, 2000.

Coopere. *Uma recomendação á experiencia da Cooperação*. Ricardo Caribé, Ranúsio Cunha, 2018.

Sindicalismo independente e combativo. *Desafios, conquistas e resultados para a categoria*. Prefácio Comunicação, 2017.

AAFIT. Há 55 anos lutando e defendendo o fisco e a sociedade Brasiliense. Diego Freitas, 2018.

SINAFRESP. 25 anos de luta. Mirian Arado, 2013.

S.P.A. 25 anos, o plano de saúde do produtor rural. Ana Miria Fonseca de Souza, 2017.

Memória, relatos e expectativas. Sobre a cooperativa central de crédito da Bahia. 25 anos. Sergio Techhio, 2017.

Arquivo Público da Bahia. Biblioteca Central Salvador.

Site Scielo- Scientific Electronic Library Online

SALVADOR/ BAHIA. BRASIL
Novembro de 2019

ASFEB®

Associação dos Servidores Fiscais do Estado da Bahia

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou fins comerciais.